

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

***A construção do referencial para o pronome você:
uma análise discursiva dos títulos de livros de auto-ajuda***

Adriana Cabral dos Santos

Florianópolis – SC
Setembro de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

A construção do referencial para o pronome você:
uma análise discursiva dos títulos de livros de auto-ajuda

Adriana Cabral dos Santos

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em
Lingüística da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito
parcial para a obtenção do
título de Mestre em Lingüística.
Área de concentração:
Teoria e Análise Lingüística.

Orientação: Profº Doutor Pedro de Souza

Florianópolis – SC
Setembro de 200

“A linguagem parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência.

Não é ela o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar?

Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz.”

(Foucault, *A Arqueologia do Saber*, p. 128)

Dedico este trabalho aos
meus filhos Pedro e Thaís,
alegria e motivação de minha vida.

Agradeço à minha mãe, pelo apoio incondicional,
ao meu marido, pela força e paciência nas horas mais difíceis,
ao meu orientador, por ter aceitado a tarefa árdua da orientação,
às amigas Célia Crestani e Márcia Lopes, pelas sugestões sempre tão pertinentes,
aos meus alunos, pela possibilidade do aprendizado que me oferecem diariamente,
aos componentes da Banca Examinadora, pelas contribuições a esse trabalho,
à Fundação Araucária-PR, que financiou o projeto MINTER,
e aos professores do CCE – UFSC , por terem garantido a qualidade deste projeto.

Resumo

A análise discursiva dos títulos de livros de auto-ajuda, mais exatamente aqueles em que a interpelação do interlocutor é marcada pela presença do pronome *você*, constitui a preocupação central deste trabalho. Interessou-nos primeiramente avaliar que condições favoráveis se estabelecem em nosso tempo para que esse discurso do autoconhecimento surja como evidência de um saber sobre o sujeito, enquanto ele pensa a sua própria constituição, num processo de subjetivação mais marcado pelas práticas de controle que de liberdade. Para funcionar, a auto-ajuda coloca como exigência, para o seu interlocutor em potencial, o retorno do olhar para si mesmo, num movimento de auto-avaliação, sem o qual esses discursos não se realizam. O sujeito, então, já colocado num lugar de discurso autorizado pelos dizeres da auto-ajuda, deve entender que é dele que a auto-ajuda fala quando se remete a um *você*. Dada essa evidência, vemos a auto-ajuda inscrever-se como verdade e funcionar como um discurso eficaz e interpelativo que tem o seu papel claramente marcado atualmente entre os mecanismos modernos de identificação e enquadramento de subjetividades. Mais adiante, ainda verificamos o paradoxo em que se constitui a auto-ajuda se considerarmos o lugar de mediação, assinalado pelo livro, entre o indivíduo e sua realização como sujeito. Para finalizar, demonstramos como é possível ler as práticas atuais de autoconhecimento, tão procuradas e difundidas através da auto-ajuda, à luz das *práticas de si* da filosofia antiga, trabalhadas por Foucault em seu livro *A Hermenêutica do Sujeito*.

Palavras-chave: análise de discurso, auto-ajuda, pronome *você*, subjetivação, práticas de si.

Résumé

L'analyse discursive des titres des livres de « *auto-aide* », plus exactement ceux-là dont l'interpellation de l'interlocuteur est signalée par la présence du pronom de deuxième personne (tu / *você*), c'est ce qui constitue la préoccupation centrale de ce travail. Nous nous sommes intéressés premièrement à évaluer quelles conditions favorables s'établissent dans notre temps pour que ce discours de l'autoconnaissance surgisse comme évidence d'un savoir sur le sujet, pendant qu'il pense sa propre constitution, dans un processus de subjectivation plus marqué par les pratiques de contrôle que par celles de liberté. Pour qui elle fonctionne, *l'auto-aide* exige de son probable interlocuteur, le retour du regard sur soi-même, dans un mouvement d'auto-évaluation sans lequel ces discours ne se produisent pas. Le sujet, donc, déjà mis dans une place de discours autorisée par les dires d' *auto-aide*, il doit comprendre que c'est de lui que *l'auto-aide* parle quand elle renvoie à un tu (*você*). Étant donné cette évidence, on voit l' *auto-aide* s'inscrire comme vérité et fonctionner comme un discours efficace et interpellatif qui a son rôle clairement défini actuellement parmi les mécanismes modernes d'identification et encadrement de subjectivités. Plus avant, on peut encore vérifier le paradoxe de l' *auto-aide* si l'on considère la place attribuée à le livre comme médiateur de la rencontre du sujet avec soi-même. Pour finaliser, on a démontré que c'est possible de lire les pratiques actuelles de l'autoconnaissance, si cherchées et diffusées à travers de l' *auto-aide*, à la lumière des pratiques de soi de la philosophie ancienne, étudiées par Foucault dans son livre *L'herméneutique du sujet*.

Mots-clés : analyse du discours, auto-aide, subjectivation, pronom *você*, pratiques de soi.

Introdução

Parece fácil imaginar a que se deve o grande sucesso das obras denominadas de auto-ajuda. Além de oferecerem ao leitor uma série de soluções imediatas e eficazes para alguns dos males da humanidade, investem no que parece ser uma das maiores preocupações da sociedade ocidental moderna: o investimento em si, a descoberta do seu verdadeiro eu, uma exigência constante de auto-avaliação e auto-conhecimento em busca do equilíbrio pessoal, de um domínio do corpo e da mente; um desenvolvimento centrado no cuidado individual, um investimento na vida e na saúde. Há a preocupação do indivíduo em valorizar a vida e ter poder/saber sobre ela, um mecanismo de dominação intersubjetiva que investe na individualidade do sujeito, simbolizado pelo discurso, e que o faz voltar o olhar para si mesmo e promover sua identidade. Esse mecanismo de dominação realiza-se pela identificação dos indivíduos, que qualifica o sujeito e limita sua versão.

A evidência de sentido atribuída pelos leitores a esse discurso do sucesso e a objetividade que esse discurso passa a assumir para solucionar problemas, parece ser a garantia maior de sua realização. Diante da estante de uma livraria, ao se deparar com centenas de títulos reveladores, o leitor não escapa: é interpelado pelo discurso e se realiza enquanto sujeito (leitor) para aquele tipo de texto; ele ocupa um lugar no jogo discursivo e é levado a interpretar. Mas, que evidência é essa capaz de produzir um efeito tão poderoso de felicidade e de sucesso? Por que tão imediatamente, diante de um título como "*Você é insubstituível*", o leitor parece encontrar respostas simples e óbvias para os problemas de auto-estima, entre outros? Como esse discurso aparece em nosso tempo como capaz de verdade sobre o sujeito? Por que não outros discursos?

Fenômeno de vendas justamente por garantir respostas de maneira simples e objetiva, apesar de não haver, muitas vezes, comprovação científica, o discurso da auto-ajuda tem sido tema muito comum de análise nas mais variadas áreas das Ciências Humanas, como a da psicologia e a da sociologia, que avaliam principalmente a interferência dessa pretensa "teoria da felicidade" no tratamento do indivíduo e no seu relacionamento em sociedade. Caberiam aqui muitas

abordagens, como leituras possíveis que são. Obviamente todos esses estudos, dentro de seu campo de atuação, são muito pertinentes, embora não constituam, como veremos mais adiante, nosso material de análise.

A popularidade dos livros de auto-ajuda e sua aceitação no mercado de livros, com a garantia de vendagem, já seriam argumentos suficientemente fortes que poderiam justificar o interesse de estudiosos das áreas humanas pelo funcionamento desses textos tão “eficazes”. Segundo Mário Maestri, em artigo publicado no *Correio da Cidadania* (1999), desde 1987, quando a venda de livros de auto-ajuda iniciou-se com força no Brasil, o número de títulos lançados e livros vendidos cresceu assustadoramente, tanto que, para algumas editoras, os livros de auto-ajuda chegam a representar 50% dos lançamentos.

Por isso mesmo, investigar como se produzem os sentidos e a identidade desses sujeitos leitores parece ser uma preocupação justificável (e por que não um desafio) para o analista de discurso, ou, como coloca Francisco Rüdiger¹, esse discurso “revela-se portador de elementos capazes de nos auxiliarem a compreender os mecanismos de poder que caracterizam o mundo contemporâneo”. Em nosso caso, capaz de construir possibilidades de referencial (identidades) para o sujeito-leitor dessas obras, de possibilitar ao sujeito um discurso de veridicção sobre ele mesmo; um **você** que pode se realizar como objeto e como sujeito desse discurso da auto-ajuda.

Longe de desejar esboçar, ao fim do estudo, um perfil de leitor consciente e uma identidade única e reveladora, suscetível de descrição fechada, o sujeito nos aparece antes constituído pelo inconsciente e pela ideologia, que o atravessa sempre, e o faz interpretar, atribuir sentido para o que lê, tudo isso enquanto sujeito situado historicamente e submetido a uma atualização constante da memória discursiva. Entrar no terreno fértil desse discurso da auto-ajuda é conhecer o sujeito voltado para ele mesmo, em busca da verdade sobre si; é reconhecer os mecanismos pelos quais ele mesmo se identifica num discurso que o convoca numa determinada região de discurso cujo objeto construído constantemente é o próprio sujeito e onde o discurso da auto-ajuda funciona. E pensando ainda em como esse

¹ RÜDIGER, Francisco. *O governo através da auto ajuda*. In: www.pucrs.br/famecos/pos/professors/rudiger/frpuc.htm

discurso constitui-se ele mesmo no material de seu sucesso, e de como ele se sustenta no interior desse discurso, teremos ainda maior o desafio de nosso estudo.

Que há uma conexão possível entre as práticas de auto-ajuda e os mecanismos de sujeição e de poder surgidos em nosso tempo, mostrou-nos bem o trabalho de F. Rüdiger. No entanto, nossa investigação insere-se no (limita-se ao) campo discursivo, no qual buscaremos compreender como se dá a subjetivação do leitor, como ele se reconhece sujeito num lugar de discurso possibilitado pelas “verdades” da auto-ajuda, buscando sempre apoio teórico na análise de discurso francesa. Nossa abordagem considerará a materialidade lingüística como formulação dada a ler, produzida em determinadas condições, a saber, o contexto sócio-histórico e ideológico, além do contexto imediato.

Objetivos

A proposta deste trabalho é avaliar o funcionamento do subjetivo no discurso da auto-ajuda e investigar como o leitor é convocado a interpretar, a atribuir sentido ao dizer e a si mesmo. Em outras palavras, como o indivíduo se coloca no lugar de sujeito-leitor de um discurso que parece supor um leitor “ideal”. A partir disso, é nosso propósito verificar também o processo de construção discursiva de referenciais para o pronome de 2ª pessoa (*você*) e de como o consulente passa a se identificar e a se reconhecer como sujeito nesse lugar em que o discurso da auto-ajuda funciona, a saber, lugar de subjetivação do sujeito. Por fim, resumidamente, elucidar as condições de produção que levam o sujeito a responder que é dele que se trata quando o discurso de auto-ajuda se remete a um certo *você*. Apresentamos então uma descrição mais detalhada de nossos objetivos de trabalho:

- descrever quais são os dispositivos lingüísticos-discursivos que possibilitam o reconhecimento que o sujeito faz de si mesmo como leitor, quando entra em contato com o texto da auto-ajuda.
- verificar como se constroem e quais são os possíveis referenciais criados pelo discurso da auto-ajuda para o pronome *você*, ou seja, descrever como surge, no discurso, uma identidade de leitor possível para tal enunciado (uma subjetivação que seja característica desse discurso, articulada principalmente pela presença do pronome *você*).
- procurar descrever o espaço discursivo em que funcionam os enunciados da auto-ajuda.
- indagar como o sujeito-leitor atribui valor de verdade a esse discurso, observando as *condições* históricas e sociais que possibilitaram o surgimento de determinados efeitos de evidência (condições de atribuição de sentido).
- analisar o paradoxo em que se constitui a auto-ajuda enquanto intermediada pelo livro, já que a presença do outro é essencial para construção de sujeitos e sentido.
- sugerir uma possível relação entre o discurso da auto-ajuda, como é conhecida atualmente, e as *práticas de si* trabalhadas por Foucault.

Hipóteses

Num discurso interpelativo como o da auto-ajuda, é instigante averiguar a que “propósito” o pronome *você* aparece. O indivíduo é chamado a se colocar em discurso, quando em contato com o texto. A que se deve o uso desse pronome no processo de construção de um sujeito-leitor nesse campo do discurso em que ele mesmo surge como tema central, como o interlocutor com quem se fala, mas também de quem se fala? Essa interpelação direta, constituída por um *eu* que fala a um *você*, é o espaço possibilitado pela incompletude do pronome dêitico, onde o sujeito é intimado a se colocar como leitor para o discurso da auto-ajuda, que o convoca a ocupar um lugar de interlocutor que necessariamente se coloca em relação consigo mesmo por intermédio de outro. Assim, nossa primeira hipótese, o pronome *você* é o elemento enunciativo que é capaz de propiciar uma certa subjetivação característica do discurso da auto-ajuda, pois interpela o indivíduo em sujeito pela presença do outro (o *eu* que constitui o *você/ tu*). Para avaliar essa hipótese, propomo-nos primeiramente a verificar o diferencial do pronome *você* em relação a outras marcas de 2ª pessoa em língua portuguesa.

Não podemos afirmar, no entanto, que uma possível “posição-leitor”, produzida discursivamente pela relação entre os diversos enunciados que estão associados ao da auto-ajuda, e que o constituem, receba sempre o mesmo valor de verdade atribuído pelo sujeito. O sujeito, já colocado na região de discurso da auto-ajuda, inscreve o dizer em diferentes redes de memória. *Você* funciona como um ponto de deriva a partir do qual um indivíduo passa a se significar como um sujeito-leitor suposto para texto, ou não se significa como tal, acionando uma nova rede de memória na qual esse discurso passa a inscrever-se não mais como capaz de estabelecer a subjetivação do sujeito que o lê.

Formulamos, a partir dessa consideração, nossa segunda hipótese: há uma constante construção referencial para o pronome *você* e, a depender dessa referenciação, pode não haver a subjetivação, cuja existência seria essencial ao discurso da auto-ajuda. O sujeito-leitor parece não escapar da interpelação exigida pelo pronome *você*, como signo móvel que é, mas a relação consigo mesmo, a

subjetivação, pode simplesmente não existir. Nesse caso, o que se inscreveria como evidência, num discurso de sucesso, verdades e eficiência, é apagado pela ausência de subjetivação do leitor, que não se colocaria nas relações de poder estabelecidas pela auto-ajuda.

Isso não quer dizer que haveria indeterminação do pronome *você* em nível discursivo pois, segundo Foucault (1969), esse lugar vazio do interlocutor, assim como o do enunciador, é sempre assinalado para que haja um enunciado, o que faria o sujeito determinar-se e interpretar o que lê. A propósito, é outra a indeterminação a que nos referimos. Tal indeterminação seria possível apenas em nível designativo, na relação direta entre palavra-ser no mundo. Seria a situação em que o sujeito-leitor não interpreta o pronome *você* do enunciado como “Você, Fulano, é insubstituível”, mas como sendo um índice de indeterminação do sujeito, similar à partícula *se* ou *a gente*. Não é, definitivamente, sobre essa indeterminação que falamos aqui.

Assim, em nível discursivo não haveria indeterminação do pronome *você*, já que o estabelecimento de um referencial sempre atualizado é condição essencial para a existência de um enunciado (Foucault, 1969). Se há uma indeterminação possível em discurso, ela se dá apenas quando o dizer, no nosso caso, o título, escapa à inscrição, não se filiando a nenhuma rede de memória em que funcionaria a possibilidade de o sujeito auto-ajudar-se. Essa é a nossa terceira hipótese.

Enfim, nossa quarta hipótese, refere-se à mediação (*eu* constituindo o *tu/você*) no discurso da auto-ajuda. Ao contrário da mediação realizada nas práticas de si da época helenística e romana, trabalhadas por Foucault em seu livro *A Hermenêutica do sujeito* (2001), os livros de auto-ajuda não abrem espaço para a liberdade do sujeito na construção de sua subjetividade. Ao contrário, seriam realizadas como forma de dominação, modos de controle que fabricam posições distintas: aquele que sabe denunciando, pela sua presença, aquele que não sabe. Por isso, consideramos importante avaliar também o paradoxo da auto-ajuda, pois que se sustenta pela existência de uma identidade auto-suficiente, mas que se constrói numa relação que conta com a presença do outro.

Com certeza não buscamos, enquanto analistas de discurso, encontrar a mágica que torna estes textos eficazes, como se houvesse uma aplicabilidade de

regras para que todo discurso de auto-ajuda surtisse sempre o efeito que deseja seu enunciador, como se fosse possível reduzir a opacidade do texto, apresentando, após análise, uma transparência que o livraria das relações de poder, e seu leitor, agora lúcido, pudesse romper sua dependência com o simbólico e com a ideologia. No entanto, buscar no funcionamento desse discurso a evidência (ou evidências) em que ele parece se constituir para seu leitor, é tarefa que não devemos abandonar, já que “compreender como se efetiva a relação entre o simbólico e as relações de poder” é preocupação da AD. (Orlandi, 2001. p.35)

Sabemos das dificuldades que enfrentam os estudiosos da AD quando tomam o discurso, a enunciação e o enunciado como objetos de seu trabalho. Escapam as certezas, aparecem as evidências. Resta ao analista afastar-se delas e investigar como funcionam as possíveis leituras dos diversos discursos inscritos em nosso tempo e legitimados pela ideologia. E nessa busca, reconhecer, ainda que sejamos afetados pelos discursos todos que falam em/por nós, esboços de subjetividades surgidas e mantidas em nossa época e marcados, principalmente, pelo individualismo neoliberal e pela igualdade, instituídos através da noção de sujeito jurídico. A auto-ajuda tem, com certeza, seu papel na construção e manutenção dessas identidades.

Capítulo 1

Auto-ajuda: a interpelação pelo título

Para o trabalho de interpretação do discurso da auto-ajuda, focamos o estudo no título da obra, por considerá-lo significativo na medida em que representa um primeiro contato do leitor, mediado pela língua, com a realidade do livro, principalmente porque avaliaremos o uso do pronome *você* como espaço para interpelação direta do sujeito, colocando-o num espaço em que funciona o discurso da auto-ajuda e forçando sua subjetivação. É também nesse momento que se dá para o sujeito o acontecimento de sua escolha, de sua opção por cuidar de si mesmo. O título parece sugerir também ao analista indícios de como se constrói discursivamente em todo o livro uma determinada ideologia que poderá se inscrever numa ou noutra *memória discursiva*² de seu sujeito-leitor suposto.

Os títulos de livros listados a seguir foram selecionados dentre um número considerável de exemplares, encontrados nas estantes denominadas de *Auto-ajuda*, *Lançamentos* e *Promoção* em uma das maiores *mega stores* de Curitiba. O critério de seleção de títulos privilegiou aqueles em que o sujeito-leitor é mais diretamente interpelado, a saber, através do pronome pessoal *você*, que apareceu num grande número de exemplares. Além disso, foram abandonados os livros cujo tema sugerido pelo título não mencionava a questão do conhecimento de si, prática de si e cuidado de si, temas que ocupam nossa atenção neste trabalho, já que a proposta inicial é identificar subjetividades que se constroem justamente pela auto-avaliação exigida pela auto-ajuda.

² Estou entendendo memória discursiva, segundo M. Pêcheux (1999), como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.”

A idéia é trabalhar a auto-ajuda que vai evocar o cuidado de si, o domínio sobre si, o conhecimento de si e as conquistas com relação à auto-estima. Temas que nos pareceram prováveis para análise se estudados juntamente com a questão do aparecimento muito corrente do pronome *você*. Que relações pode haver entre a objetivação do sujeito e o uso constante desse pronome? Como se dá a subjetivação graças a esse pronome? É o que, dentre outras questões, nos propomos a analisar.

Eis a lista de títulos³:

1. *A mágica de conquistar o que **você** quer*
2. *A confiança de ser **você** mesmo*
3. ***Você** é insubstituível*
4. *Apaixone-se por **você***
5. *Faça algo por **você**. Agora!*
6. *Saiba quem **você** é. Seja o que quiser*
7. ***Você** decide como se sente (o poder da escolha emocional)*
8. ***Você** é sua cura*
9. *Comece onde **você** está*
10. ***Você** pode curar sua vida*
11. *O poder dentro de **você***
12. *O stress está dentro de **você***
13. *Ser **você***
14. *Sua mente sabe mais do que **você** imagina*
15. *Que tipo de pessoa **você** quer ser?*
16. ***Você** pode mudar sua vida*
17. ***Você** é do tamanho de seus sonhos*
18. *E se **você** . . . começasse a agir*
19. *Deve ser bom ser **você***
20. *Seja **você**: assuma o controle das transformações*
21. *Auto-estima: aprendendo a gostar mais de **você***

³ Os autores das respectivas obras estão devidamente indicados nas referências bibliográficas presentes ao final desse trabalho.

22. *Como fazer todo mundo gostar de **você***
23. ***Você** pode, se acha que pode*
24. *Acredite! **Você** tem o poder!*
25. *A coragem de ser **você** mesmo*

Devemos deixar claro também que a simples enumeração dos títulos acima não implica a utilização de todos eles como exemplo. Para a avaliação do processo discursivo, não está esse trabalho inscrito num estudo quantitativo, que busca apoiar suas conclusões em números ou gráficos de recorrência. É claro que a observação do uso constante do pronome *você* no título da auto-ajuda deve ser visto como dado significativo, mas pensando em como num determinado campo discursivo aparece com mais frequência esse pronome e não outro. Por isso, é um estudo qualitativo que nos propomos a conduzir. E, nesse caso, identificar o processo é objetivo nosso, e não esgotar as leituras possíveis, o que, aliás, não nos parece provável.

1.1 O título como enunciado

Não pretendemos avaliar as concepções de mundo expressas ou implícitas no texto; nem mesmo permanecer na semântica das palavras, como se elas, autônomas, carregassem um sentido evidente e absoluto. Nosso objetivo é entender por que num determinado campo discursivo, no caso, o da auto-ajuda, surge um e não outro discurso. Segundo Foucault (1969), numa análise do campo discursivo

“não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar.”

Propomos, então, com este estudo, olhar para o título como enunciado, substituindo a pergunta “o que significa?” por aquela que procura investigar instâncias de produção de sentidos, ou seja, “como significa?”. E mais do que isso,

verificar como se dá a prática de significação que o leitor faz dele mesmo se partirmos de indícios da organização textual, da materialidade do texto, sem esquecer que a língua significa inscrita na história, ou, conforme Eni Orlandi (2001), em análise de discurso, “*o analista trabalha o sentido na história.*”

O próprio *corpus* já é uma construção do analista, uma interpretação, conforme Orlandi (1999, p.63): “*Ao analista cabe então trabalhar no entremeio da descrição com a interpretação, para não cair, e limitar-se, ao juízo de valor, criado pela sua leitura, pela sua atribuição de sentido.*” Sabemos que não há como fugir totalmente disso. Mas há de se ter esse cuidado, para que nos afastemos da idéia de que a linguagem é transparência e evidência. O analista de discurso, *apoiado num dispositivo teórico*, deve considerar (e abandonar) a *ilusão do sentido lá*, no texto, *da evidência* (Orlandi,1996) e recuperar o *processo* de formação de sentido atribuído pelo interlocutor ao enunciado.

É nesse campo do conhecimento que pretendemos desenvolver nossa interpretação, partindo da *superfície lingüística*, depois passando para o *objeto discursivo* (já de-superficializado) e deste para o *processo discursivo*, segundo Pêcheux (apud Orlandi, 2001). Observaremos as “margens do dizer”, os ditos e os não-ditos, aquilo que é dito em outros lugares, e o que poderia ter sido dito, mas que, por conta de determinadas condições, não o foi. E essas condições de produção de sentido, conforme Orlandi (1999, p.30), seriam aquelas mais estritas, como o contexto imediato, e as amplas, que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico, além de, é claro, os sujeitos.

Inicialmente, definiremos o título dos livros de auto-ajuda como enunciado. Em seguida, retomaremos a trajetória de transformação do pronome de tratamento *Vossa Mercê* até o atual *você*. Só então partiremos para a análise lingüística e discursiva.

Além dos desdobramentos pela paráfrase, o que nos permitirá elucidar o processo de significação do dizer pelos não-ditos que o constituem, os títulos ainda receberão uma análise lingüística, na qual apresentaremos eixos de significação, construindo para isso quadros enunciativos, procurando verificar como as posições *eu* e *você* se constroem mutuamente na materialidade da língua, e como esses títulos se articulam com outros discursos, outros dizeres acionados pela ideologia.

Retomando Orlandi (2001, p.69), pensamos em desenvolver nosso trabalho “articulando estrutura e acontecimento”. Não encontraremos nos títulos, com sua gramaticalidade garantida, as várias possibilidades de leitura esgotadas. A língua, enquanto estrutura apenas, não nos dará indícios de como se realiza a produção de sentidos. Buscaremos o processo de atribuição de sentido na “articulação material fundamental, a do texto com o discurso” (ibid. p. 68).

Com isso, não podemos perder de vista a importância de uma análise mais detalhada dessa seqüência lingüística que significa sob determinadas condições. “A materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é *a língua*” (ibid. p.69; grifo nosso). Não poderemos nos afastar dessa realidade.

A essa altura é essencial acrescentar, se estamos trabalhando o título dos livros de auto-ajuda enquanto enunciados, que sua identidade, vale lembrar, se realiza pelo preenchimento de quatro condições (Foucault, 1969), a saber: pela possibilidade sempre atualizada de construção de um referencial; pela possibilidade de se assinalar uma posição de sujeito; pela existência de um domínio associado de enunciados; e, por fim, por uma existência material do enunciado.

Na construção de um dispositivo teórico e analítico, a ilusão de que palavras e coisas se sobrepõem deve ser desfeita. Ao analista, cabe ler o texto como acontecimento que reclama sentido e que é constantemente passível de tornar-se outro. Não há para AD francesa, na qual situamos nosso estudo, um referente dado de maneira permanente, mas há constante constituição de referenciais. E esse referencial, que é atualizável, diferentemente do referente, é constituído por um feixe de relações, desde as mais imediatas, como a materialidade e o contexto imediato, até os constituintes discursivos, como os sócio-ideológicos, e históricos. Por isso, é preciso entender o funcionamento do discurso, abandonando a classificação por juízo de valor.

Os sentidos não são evidentes, pois não encontramos apenas em palavras isoladas a complexidade do processo discursivo. Esses mesmos sentidos não se encontram no sujeito, como se ele fosse a origem do seu dizer, e, independente dos discursos que o constituem, fosse o responsável único pelos sentidos que enxerga no que lê. Ou seja, o discurso da auto-ajuda, por mais evidentemente absurdo ou mais nitidamente verdadeiro que nos pareça, é antes “efeito de sentido entre

locutores” (Orlandi, 2001, p.63); esse texto é interpretado pelo leitor para poder significar algo. Há outras vozes que operam ali, no trabalho de leitura, e que constituem um dado sentido. Não há como submeter uma leitura à vontade exclusiva do leitor, numa abordagem individualista, ou a uma referência única no real.

Por isso, não entendemos nem como frase nem como proposição o objeto aqui analisado. Enquanto frase, esse título apareceria descontextualizado e submetido exclusivamente às regras de sintaxe que determinariam o que é e o que não pode ser um sintagma considerado gramatical. Como proposição, veríamos apagar-se qualquer presença da ideologia e da história, e trabalharíamos apenas com o contexto mais imediato, como se os sentidos surgissem pela primeira vez num ato de fala, que instituiria então o signo a ser interpretado. Significante e significado se dariam a cada momento, nunca antes, mas no instante imediato do uso, e sempre entre sujeitos conscientes. Não nortearíamos nosso trabalho desta forma. É considerando a singularidade da enunciação e o caráter reiterável do enunciado que desenvolveremos o trabalho que nos propusemos a elaborar.

Acreditamos ser importante também esclarecer um pouco mais o conceito de Foucault sobre o referencial, em especial do pronome *você*, para justificar nossa abordagem, qual seja, a de que não há um referente único e fixo estabelecido fora do discurso, e *a priori*, para o pronome de 2ª pessoa *você*, como bem definiu Benveniste⁴. Mas, para além dessa argumentação, assumimos como fundamental para a nossa pesquisa a noção de referencial conforme Foucault (1969, p.104), para quem um enunciado

está antes ligado a um referencial que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas.

Todo processo de atribuição de sentido a um enunciado passa pelo reconhecimento de seu referencial. Recuperando ainda Foucault (1969, p. 104)

⁴ Veremos mais adiante as definições de Benveniste sobre a natureza dos pronomes, em especial sobre os de 1ª e 2ª pessoas.

o referencial do enunciado **forma** o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado. (grifo nosso)

Verificamos que a impossibilidade de existência de um referencial parece pouco provável, uma vez que o referencial é constitutivo do dizer e do interpretar. Isso não significa que há um referencial dado de antemão, e que permanece sempre o mesmo. Podemos afirmar, então, que o referencial do pronome *você* não se constitui pela designação imediata e única, numa relação que une uma palavra a um ser no mundo. Igualmente, parece não se manter a idéia de que basta destacar, identificar um ser qualquer (correlato) dentre outros, num conjunto de seres possíveis, capaz de assumir-se como interlocutor de um enunciado, para termos um referencial discursivo. Nesse espaço em que a auto-ajuda se realiza como tal, há uma injunção a se considerar como referencial próprio desse campo, um *você* que saiba reverter em seu um discurso que ele acredita ser verdadeiro sobre si mesmo. Funcionaria aí, então, a auto-ajuda.

Para ficar mais claro, retomamos: não há referencial prévio e nem permanente para dada materialidade lingüística, mas há dizeres que se constituem em enunciados numa retomada constante da memória discursiva, atravessada pela ideologia e pela história, e que por isso se atualiza a cada enunciação⁵.

Esse referencial não deve ser confundido, portanto, com um ser (ou seres) que tomaria como designativo aquele *você* dos títulos da auto-ajuda. Identificar alguém no mundo que possa ser referente de um pronome dêitico é designar num contexto imediato um único ser de cada vez capaz de ocupar um lugar de sujeito. Em nível discursivo, a ilusão de um vocativo presente num enunciado como “*Você, Fulano, é insubstituível*”, não significa a presença do sujeito ocupando seu lugar numa ordem do discurso. É em outras instâncias que encontramos essa posição preenchida. Quem fala o quê? De que posição fala? Como seu discurso é legitimado pela posição mesma que cada indivíduo ocupa? Como se reconhecer

⁵ Conforme Foucault: “A enunciação é um acontecimento que não se repete; tem uma singularidade situada e datada que não se pode reduzir.” (Foucault, 1969, p. 116)

licenciado para tal enunciado? E, principalmente para esse trabalho, em que lugar coloca-se o consulente dos livros de auto-ajuda para considerar-se um leitor autorizado por/ para esse discurso? É para ele mesmo que esse leitor volta o olhar, na busca pelo referencial que, na auto-ajuda, deve ser alguém capaz de auto-avaliação. Portanto, não é apontando para um ser empírico que identificaríamos o *você* a que se refere um eu-enunciador. Mas há determinadas condições históricas que formam certas posições de sujeito que podem ser assumidas por determinados indivíduos. Quem se enxerga como possível interlocutor, quem vê criada para si, no discurso, a necessidade da auto-ajuda, já se encontra afetado pelo discurso de um *saber* sobre si mesmo; um saber que não há como recusar.

1.2 Os pré-construídos: domínio associado do enunciado

Nas palavras de M. Pêcheux (1983) *“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”*. Nessa brecha do enunciado, nessa possibilidade de atribuir sentidos diversos, é que o pronome *você* é significado e tem cada vez instaurado o seu referencial; deixa modificar suas possibilidades de leitura, criadas a partir de um referencial de 2ª pessoa que sempre se renova, tudo isso no espaço do discurso.

Lugares de discurso onde se encontra o leitor renovam-se pela possibilidade dos diversos enunciados que margeiam, em relações metafóricas, parafrásticas e polissêmicas, aquele enunciado materializado no título. “Não há enunciado que não suponha outros.” (Foucault, 1969, p. 114). Ler o título da auto-ajuda é ler também os não-ditos que estão presentes em sua constituição e que limitam o espaço de seu aparecimento. Dessa forma, é preciso entender o caminho de significações

percorrido pelo sujeito que lê esse título até atribuí-lhe sentido, não qualquer um, mas aqueles já previamente autorizados pelo jogo simbólico a que os sujeitos estão submetidos, numa dada situação singular da enunciação.

Assim, avaliaremos o processo de construção de sentidos, analisando, através de possíveis formulações de paráfrases, um domínio associado em que circulariam e seriam interpretados determinados enunciados vistos como característicos da auto-ajuda. Com isso, mais adiante, buscaremos identificar o funcionamento desse discurso como aquele cujas características principais são a evidência e a eficácia enquanto intermediador da subjetivação do sujeito. Procuraremos identificar, então, que leitor ideal é esse que aparece como exigência mesma desse discurso que funciona como promovedor de subjetivação, chamando o leitor a se constituir como sujeito de “verdades” e “competências” que se instauram como necessidades em nosso tempo.

Conforme Foucault (1969, p. 137-144), não é a totalidade das significações, nem a origem dos dizeres e muito menos a intenção individual do falante que devemos focalizar neste trabalho. A análise dos enunciados deve observar a *lei de raridade* de seu aparecimento, a *exterioridade* de sua formulação, sem remetê-la a uma subjetividade fundadora, e o *acúmulo* de enunciados, dado pela remanência, pela aditividade e pela recorrência destes.

Capítulo 2

Pronome *você* no título da auto-ajuda

Acreditamos que caiba inicialmente, considerando-se a especificidade do pronome *você*, relatar brevemente aspectos históricos e gramaticais que envolvem a transição da forma *Vossa Mercê* (surgida a partir do séc. XIV) para a forma atual (mas registrada pela 1ª vez em 1666) *você* (Faraco, 1996). Essa recuperação histórica não visa a estipular uma forma padrão, mais aceitável, para o pronome *você* e, assim, definir sua mudança diacrônica como um fato unicamente formal, regido apenas por um sistema de normas gramaticais sujeito a variações. Mas é nosso intento, neste capítulo, verificar como alguns fatores sociais e históricos contribuíram para as diferentes atribuições de sentido dadas pelos sujeitos a esse pronome no curso das transformações de nossa língua.

Em artigo publicado, Faraco (1996) aborda historicamente as mudanças gramaticais ocorridas desde o século XIV, quando a forma *Vossa Mercê* ainda era utilizada para tratamento da nobreza, passando pela sua mudança de valor no quadro da sociedade burguesa, até chegar à forma que conhecemos hoje, *você*, pronome de 2ª pessoa usado na maior parte do Brasil em situações em que o tratamento dado ao interlocutor é mais íntimo. Para isso, ele procurou mostrar como as mudanças sociais e históricas interferem na estrutura gramatical das línguas. Portanto, trata os aspectos socio-históricos e os gramaticais sem estipular fronteiras entre eles, ao contrário, o autor acentua a interferência desses fatores nas mudanças ocorridas no sistema das línguas. Ainda, segundo o autor, é significativo retomarmos essa trajetória de transformações do tratamento de 2ª pessoa pois, além de podermos identificar a hierarquia das formas de tratamento do português, reconheceremos também as interferências dessa forma de interpelação de 2ª pessoa (*você*) nos paradigmas verbal e pronominal.

Tomaremos do artigo de Faraco o que para nós parece ser central na questão da natureza do pronome *você* e essencial para os objetivos deste trabalho: mudança

de níveis de intimidade que acompanharam a transformação do pronome; e, principalmente, seu estatuto inicial, ou seja, pronome de tratamento de 3ª pessoa.

A partir do século XIV, a forma de tratamento *Vossa Mercê* foi estendida a um número maior de interlocutores, passando de uma forma de distinção da nobreza a uma forma íntima do trato entre iguais, nas situações rotineiras, entre a burguesia. Por isso mesmo foi abandonado como forma de tratamento que deveria referir-se unicamente à nobreza e assim legitimar as diferenças de classe. Desde então, seu uso passou a ser vinculado às situações que exigiam maior grau de intimidade. Hoje, o pronome *você* ainda retrata alto grau de intimidade, embora, vale lembrar, em algumas regiões do país esse pronome esteja ligeiramente acima do pronome *tu*, numa escala de intimidade crescente.

Outro aspecto que cabe avaliar é o fato de o pronome *você* encontrar em sua origem o estatuto de não-pessoa, e por isso manter a concordância verbal de 3ª pessoa, mesmo funcionando como um pronome que convoca o interlocutor (2ª pessoa). Como bem observa Faraco, muitas mudanças no sistema pronominal e verbal da língua portuguesa são decorrentes dessa evolução de *Vossa Mercê* para *você*: em lugar do *vós*, já em processo de arcaização desde o século XVI, surge o *você*, e seu plural *vocês*; os possessivos de 2ª pessoa assumem valores diferentes, como, por exemplo, o uso cambiável de *teu* e *seu*; a ausência de marcação gráfica de dativo e acusativo (*você* aparece como sujeito, objeto direto e indireto sem alteração de sua grafia, diferentemente dos demais pronomes pessoais); a escassez do uso das formas verbais de segunda pessoa, relacionadas ao pronome *tu*; interferências no imperativo, modo no qual as formas de 3ª e 2ª pessoa passaram a se alternar; e uma tendência cada vez maior de marcação de sujeito (pronome nominativo) no português, por conta da pouca diferenciação no paradigma verbal.

Naturalmente não abordaremos com mais detalhes cada uma dessas modificações ocorridas como consequência do aparecimento do *você* como pronome pessoal de 2ª pessoa, porque estes aspectos extrapolam as intenções de nosso trabalho. Importa é extrair desse estudo que a inclusão desse pronome repercutiu de forma definitiva na construção de novas formas de construção de interlocutores: de *não-pessoa* para *pessoa* do discurso, o *você* parece encontrar, atualmente, uma via dupla de acesso livre e circular sempre na possibilidade de

tornar-se outro: ou o objeto de quem se fala ou o interlocutor a quem se fala. Caberia aqui averiguar o que há de provável na relação entre o uso atual que se faz do pronome *você* como marca de indeterminação, substituindo o *se* e o *nós*, e sua origem como pronome de 3ª pessoa. Não constitui também nossa preocupação central doravante. Mas não poderemos nos afastar muito dessa possibilidade se pensarmos de que forma, no discurso da auto-ajuda, ao não se efetivar a subjetivação do sujeito-leitor, pode-se produzir um *você indeterminador*, e não um *dêitico* de 2ª pessoa. Isso impossibilitaria inclusive o funcionamento desse tipo de discurso, que conta com sua inscrição numa rede de dizeres que fazem sentido apenas se uma relação do sujeito consigo mesmo for instaurada.

Dessa maneira, justifica-se um trabalho mais detalhado, e que será efetivado mais adiante, a respeito das escolhas verbais, e em que medida essa marca originária de 3ª pessoa pode funcionar como efeito de evidência de um discurso impessoal, dada sua utilização cada vez mais freqüente nos discursos de massa, dos quais o livro de auto-ajuda é um exemplo.

2.1 Você, tu e senhor: mesmos interlocutores para a auto-ajuda?

Vários estudos já são realizados hoje para avaliar a questão da variação lingüística entre *você* e *tu* no português do Brasil, principalmente na região sul. Um exemplo é o artigo *Variação de “tu” e “você” no português falado no Sul do Brasil*⁶, que demonstrou através de gráficos a situação de uso desses pronomes. Dentre os muitos resultados, vale destacar que no estado do RS e SC as duas formas do pronome referente à segunda pessoa são utilizadas atualmente. O *tu* ocorre mais que o *você* no RS; já em SC, outro fenômeno decorrente do uso alternado entre *tu* e *você* começa a surgir. Estamos falando de um aumento no número de construções de sujeito nulo, o que, segundo o estudo, é sintoma de indecisão dos falantes que,

⁶ Artigo de Paula Biegelmeier Leão, 2001, UFRGS.

ao terem de optar por uma das duas formas, *tu* ou *você*, ambas em uso por lá, decidem por omitir o sujeito. Mesmo assim, são variantes para o pronome de 2ª pessoa em concorrência nestes dois estados, enquanto no PR o índice do uso do *você* é quase absoluto.

Como explicar que a forma do pronome *você* seja falado em grande parte do Brasil, em detrimento de *tu*? Voltamos ao texto de Faraco (1996) e à questão da formação das primeiras comunidades formadas no país por portugueses que saíram da metrópole para constituir família e propriedade aqui. Eram justamente as famílias mais humildes, a baixa burguesia que de lá saíram. E era nesse mesmo meio que as pessoas se tratavam pela forma que, não mais usada para dirigir-se à nobreza ou aos altos cargos políticos em Portugal, já era adaptada às situações menos formais. É aí que o pronome de tratamento *você* é trazido então para o Brasil.

Dito isso, podemos entender o porquê do uso quase absoluto do *você* nos mais diversos meios de comunicação e, principalmente o que nos interessa por hora, o uso exclusivo em títulos de auto-ajuda que apresentaram marca de sujeito (não registramos nenhum título cujo pronome de 2ª pessoa fosse *tu*). Pelo uso restrito do *tu* a algumas regiões do país, conseguimos entender a preferência pelo *você* quando se trata de atingir um público maior, em sua totalidade, embora saibamos que a maioria das gramáticas tradicionais ainda não registram esse pronome como de 2ª pessoa. Diante dessa colocação, chegamos a alguns questionamentos: a) haverá diferença de formalidade entre *tu* e *você* que seja significativa no discurso da auto-ajuda? b) para os falantes que empregam a forma *tu* unicamente, como se daria a realização de si mesmo em interlocutor de um enunciado que emprega o *você* ?

Avaliaremos a questão da formalidade/informalidade incluindo a pronome de tratamento *senhor*. Para isso, vejamos como se realizariam esses pronomes, usados hipoteticamente, em títulos de nosso *corpus*:

- 1º grupo: a) *Você pode curar sua vida*⁷
 b) *Tu podes curar tua vida*
 c) *O senhor pode curar sua vida*

⁷ Autora: Louise L. Hay

- 2º grupo: d) *O stress está dentro de você*⁸
e) O stress está dentro de ti
f) O stress está dentro do senhor

- 3º grupo: g) *Faça algo por você. Agora!*⁹
h) Faze algo por ti. Agora!
i) *Faça algo pelo senhor. Agora!*

Tomemos o 1º grupo: entre a) *Você pode curar sua vida* e b) *Tu podes curar tua vida*, além do estranhamento possível do interlocutor de b) em regiões de uso exclusivo de *você*, maior parte do Brasil, ainda há a questão da concordância verbal, pouca praticada no país, mesmo por quem usa o *tu* como pronome de 2ª pessoa. Diante desse enunciado, um número reduzido de interlocutores chegaria a reconhecer-se como destinatário.

Nos três grupos, a palavra *senhor* compromete a identificação do interlocutor como aquele a quem o discurso da auto-ajuda se remete, pois a ele pode ser atribuído o valor de 3ª pessoa e, nesse caso, uma certa subjetivação do interlocutor da auto-ajuda não se efetivaria, uma vez que não há a relação essencial para que o discurso da auto-ajuda se efetive, a saber, a relação do sujeito consigo mesmo, numa tentativa de auto-ajudar-se. Além do mais, se subjetivado como traço de formalidade, locutor e interlocutor colocam-se em posição inversa (ou seja, a de superioridade do condutor e não do conduzido) àquela suposta em uma relação de ajuda. Ou ainda, o grau de formalidade não faria funcionar a relação necessária de intimidade entre interlocutores, capaz de criar o efeito de credibilidade.

As hipóteses de título e) *O stress está dentro de ti* e h) *Faze algo por ti agora*, em comparação com os títulos d) *O stress está dentro de você* e g) *Faça algo por você agora*, apresentam também certa desvantagem. Enquanto o pronome *você* tem a especificidade de se realizar graficamente da mesma forma enquanto pronome nominativo e dativo, o *tu* recebe marca gráfica dessa declinação, passando de *tu* para *ti*. Dessa maneira, independente da posição que ocupe no sintagma, o *você* é sempre “visível” na materialidade lingüística do enunciado, o que não

⁸ Autora: Drª Marilda Lipp (org.)

⁹ Autora: Sandra Cristina Pedri

podemos negar ser forte índice de interpelação do sujeito-leitor para o discurso da auto-ajuda.

Enfim, diante de outras duas possibilidades de marca para o interlocutor, como *tu* e *senhor*, o pronome *você*, por uma série de especificidades vistas até aqui, parece funcionar como um índice imediato de identificação do leitor, interpelando-o e acionando uma posição de sujeito na qual o consulente se coloca para atribuir sentido ao discurso da auto-ajuda e a si mesmo, acreditando-se capaz de auto-ajudar-se.

Essa presença do interlocutor, marcada graficamente pelo uso do pronome *você*, parece atuar como um apelo para que o indivíduo se enxergue e se veja numa relação menos formal com um eu-enunciador, que se propõe a invadir as preocupações de seu interlocutor para dizer-lhe como deve agir em relação a si mesmo. Sem esse grau de intimidade, o discurso da auto-ajuda parece não fazer sentido. Para poder intervir numa relação tão privada, que seria a relação de auto-conhecimento, deve haver uma cumplicidade entre o mediador desse conhecimento e o indivíduo que busca a si mesmo. Nessa antecipação que o enunciador faz de seu possível interlocutor, ele consegue prever, uma previsão já afetada pelo simbólico, que a manutenção de uma certa intimidade será “exigida” pelo leitor como condição para a ajuda. Assim, *você*, e não *senhor*, mantém esse diálogo em que a confiança é a evidência que surge.

2.2 O leitor da auto-ajuda: referenciação e identificação

Uma vez mencionado o enunciador como aquele que consegue antecipar as condições de atribuição de sentido lançadas pelo seu interlocutor, devemos considerar, ainda que o objetivo por ora seja a 2ª pessoa do discurso, a existência estruturante da 1ª pessoa, que, estando sob as mesmas coerções dadas pela enunciação, submete seu interlocutor potencial a uma avaliação e consegue situar-lhe no jogo discursivo. Diante do dizer do outro, há uma injunção à identificação.

Essa possibilidade de identificação de um leitor com o *você* do título da auto-ajuda, e a conseqüente subjetivação, requer que nos detenhamos sobre o tema da criação de um referencial para esse pronome. Ao entrar em contato com o enunciado que o realiza enquanto interlocutor, o indivíduo que lê enxerga a si mesmo como o destinatário a quem um *eu* se dirige, na tentativa de fazer este leitor voltar o olhar para si mesmo. Dessa maneira, esse referencial para *você* aparece atualizado constantemente graças à natureza desse pronome, que adquire somente na instância de discurso sua realização.

Para melhor descrever essa natureza, própria apenas dos pronomes *eu* e *tu/você*, e de outros advérbios dêiticos, tomemos E. Benveniste (1966):

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. (...) ... os indicadores *eu* e *tu*¹⁰ não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor.” (p.278 e 281)

Ou seja, os pronomes pessoais de 1ª e 2ª pessoas *eu* e *você* (o autor utiliza o *tu*), ao contrário do pronome de terceira pessoa, são signos “vazios, móveis, disponíveis” e é somente na instância do discurso que eles se realizam, e nunca fora dela, uma vez que não apresentam referência única no real. *Você(tu)* a nada se refere a não ser no jogo discursivo, no qual o consulente é convocado a se colocar como leitor incondicional, pois submetido à língua, esse leitor não escapa ao mecanismo imediato do assujeitamento. Através dessa propriedade destacada por Benveniste, o pronome *você* atualiza-se sempre na instância de discurso e faz o interlocutor se identificar a cada realização (enunciação) como um ser único a quem o locutor se dirige.

Dito assim, parece não haver outra possibilidade: o sujeito submetido a tal enunciado, da auto-ajuda, que contenha a interpelação direta através do pronome *você*, signo que se realiza somente no discurso, não escapa à identificação. Sabemos não serem tão evidentes nem tão simplificadas as relações de

¹⁰ Remetemos ao indicador *você*, pelas razões já apresentadas.

subjetivação. O processo de subjetivação vai depender da relação do sujeito consigo mesmo, de como ele se coloca, se significa no jogo discursivo, acessa uma rede de memória na qual o enunciado (título) vai funcionar enquanto efeito de sentido. Essa subjetivação pode inclusive não ocorrer, caso o leitor nem se reconheça como aquele a quem o discurso da auto-ajuda se remete. Nesse caso, uma explicação possível seria encontrada na criação do referencial para esse *você*. Qual seria esse referencial para *você* capaz de impossibilitar o leitor de experimentar uma relação consigo mesmo, através da intermediação de outro no discurso da auto-ajuda? Como bem propôs Benveniste, uma “*condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica uma reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu*” (1966, p.286). Quebrada essa relação recíproca, ou de “polaridade de pessoa” entre *eu* e *tu* (*você*), não há como o indivíduo enxergar-se como destinatário de um enunciado.

Assim, concebido como *não-pessoa*, o pronome *você* apaga qualquer interlocução, rompendo a eficácia do discurso da auto-ajuda, que funciona apenas enquanto espaço que se constitui pela relação de um sujeito com ele mesmo, numa procura pela auto-ajuda. Mas como pensar em *você* como *não-pessoa*? Benveniste já apontava para isso:

A definição da segunda pessoa como sendo a pessoa à qual a primeira se dirige convém sem dúvida ao seu emprego mais ordinário. Ordinário, porém, não quer dizer único e constante. Pode utilizar-se a segunda pessoa fora da alocação e fazê-la entrar numa variedade de “impessoal”. (ibid, p. 254)

Vários estudos atuais têm comprovado esse uso do pronome de 2ª pessoa, *você*, como marcador de indefinição. Já percebemos um uso crescente desse pronome como partícula de indeterminação do sujeito (interlocutor, nesse caso). Muitos trabalhos acadêmicos, principalmente na área da Sociolingüística, apontam para esse novo sentido dado ao pronome de 2ª pessoa *você*. Ao lado da partícula de indefinição do sujeito *se*, já aparecem outros signos re-significados pela idéia de indefinição, como *a gente*, *nós*, e *você*.

Há também as conclusões de Rocha (apud. Brunelli, 2004), que, ao trabalhar os provérbios, acredita que há um *“tu de percurso”* (remetemos ao pronome *você*), *“que designa todo mundo em geral e ninguém em particular”*. Na mesma linha de análise, Fiorin (1996, apud. Brunelli, 2004) fala do pronome *você* como um caso de pessoa subvertida, ou o *“tu genérico, que tem por função personalizar enunciados impessoais”*. Ainda para Ilari et. al (1996, apud. Brunelli, 2004), *“notável (...) é o emprego de você, exatamente um pronome referente ao alocutário, como recurso para uma forte indeterminação”*.

Constatamos assim a possibilidade já amplamente verificada de o pronome *você* funcionar como índice de indeterminação, principalmente quando circula num campo de discursos cuja particularidade principal é a de se manifestar como cultura de massa. E é nesse contexto que figura mais facilmente a impessoalidade dos discursos. Mas é importante ressaltar que essa indeterminação só cabe em nível designativo.

Nessas colocações, percebemos uma forte tendência a considerar essa busca por um referente como uma função designativa, como se pudéssemos “pinçar” um ser identificado e único que poderia preencher um lugar de leitor criado a partir de um enunciador. Não que isso não aconteça ou seja impossível. O contexto mais imediato permite essa identificação. Mas, como já adiantamos, não é nesse sujeito definido que pensamos para entender o referencial. Não é *quem?* em especial que ocuparia o lugar desse leitor, mas há condições de existência no discurso para esta posição de leitor em especial, instaurada no discurso.

Afora essa questão, a saber, a da impossibilidade de subjetivação por conta de um efeito de impessoalidade do pronome *você*, há ainda outra a se considerar: quem se apropria é a língua de seu leitor em potencial, interpelado diretamente pela abertura do pronome *você*, ou o contrário, como descreveu Benveniste?

Nesse aspecto, devemos rever a afirmação de Benveniste (1966) a respeito dessa *apropriação*, assim como aparece na crítica feita por Eni Orlandi (2001, p. 45): *“não é o sujeito que se apropria da língua mas há uma forma social da apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia.”* Ou seja, há a ilusão do sujeito ao acreditar que sua vontade e seu

dizer têm origem individual. E a crença nessa autonomia atua para fortalecer a responsabilidade, que o leitor enxerga em si mesmo, de empreender sua mudança.

Ao contrário, é um sujeito construído no encontro entre língua e história, que tem a formação imaginária de sua autenticidade e identidade, dadas pela ideologia, que temos diante de nós. Não aquele sujeito consciente, capaz de domínio sobre o seu dizer, mas aquele que, embora capaz de agir, é sempre conduzido por posições ideológicas que o orientam e o fazem interpretar a si e aos dizeres. Esse sujeito existe enquanto lugar de discurso.

Dessa forma, diante de um título de auto-ajuda, dado como acontecimento a ser interpretado, o pronome *você* possibilita sempre nova construção de um referencial, ao mesmo tempo em que exige atribuição de sentido a ser dado pelo consulente que assume o “lugar vazio” do interlocutor no enunciado, sob condições propostas pela especificidade desse mesmo discurso. Por isso, a idéia de auto-suficiência do sujeito, numa abordagem discursiva, não cabe. Quem se apropria é a língua de seu leitor em potencial, interpelado diretamente pela abertura do pronome *você*, e não o contrário.

“Para que o sujeito seja sujeito é preciso que se submeta à língua”, (cf.Orlandi, in:Achard et al, 1999, p. 60). Uma vez submetido à língua para identificar-se como sujeito, como podemos falar em apropriação de um discurso por seu interlocutor? Como se apoderar de um discurso se há uma prévia sujeição ao simbólico como condição de existência para o sujeito? Colocado nestes termos, parece não haver saída para o destinatário da auto-ajuda: ao atribuir sentido ao título de auto-ajuda, que surge como “acontecimento dado a ler”, não há como escapar à subjetivação sugerida pelo pronome *você*, que buscaria seu destinatário, instaurando-o numa rede de discursos na qual a auto-ajuda funciona, ou seja, naquela em que há a focalização do sujeito como centro de sua própria preocupação.

Como vimos anteriormente, a mobilidade do pronome *você* garante um desvio do referencial de pessoa para o de não-pessoa, onde o discurso da auto-ajuda não se realizaria como tal. É a falha que para Orlandi (2001, p. 102) “é constitutiva da ordem simbólica”. *Você*, lido pelo sujeito fora da relação exigida pela auto-ajuda, é interpretado como indeterminação, mas em nível designativo, já que a interlocução é

também estruturante do dizer. Resta-nos investigar que condições poderiam levar um indivíduo a se enxergar como um interlocutor em especial, que interessaria à auto-ajuda enquanto produção de subjetividades.

2.3 O discurso versátil da auto-ajuda

Essa construção sempre renovada de um referencial, em que o indivíduo chega a se significar, parece se realizar de diversas formas: afetados pela ideologia, há indivíduos que se afirmam como leitores para quem aquele texto foi construído, colocando-se numa região de discurso em que a auto-ajuda funciona; e outros que, ao negarem-se leitores ideais para quem aquele texto foi construído, embora inconscientemente, assumem-se como outros leitores, num outro espaço em que esse discurso da auto-ajuda é contestado, não se inscreve como evidência, onde não se estabeleceria o retorno da atenção para si. Essa negação passa pela atribuição de sentido dada ao pronome *você* como sendo *não-pessoa*, o que impossibilitaria a subjetivação do interlocutor, porque lido como artifício para articulação das massas.

Há mais de uma possibilidade de o sujeito-leitor se significar diante de um enunciado cujo ponto de deriva está justamente na mobilidade do pronome *você*, inclusive de não se identificar como um leitor possível, já que há leituras que se inscrevem em posições ideológicas distintas. Essa inscrição vai depender de como o discurso de auto-ajuda convoca uma determinada memória do sujeito para exigir algum sentido: se esse discurso vai funcionar numa mesma rede de memória em que funcionam os conceitos de sucesso, felicidade, auto-conhecimento e valorização de si; se vai se inscrever numa mesma região em que significam a impossibilidade, a mentira, a ilusão; ou se aparece numa região de discurso que não permite a subjetivação do interlocutor, pois esse aparece como objeto de um discurso instituído pelo outro e não seu destinatário.

Por isso é fácil imaginar por que esse caráter “versátil” do pronome *você* interessa também à versatilidade dos textos de auto-ajuda. Ao interpretar, ao achar-se interlocutor de um discurso, destino ilusório de um determinado dizer, esboça-se diante de seus olhos um sujeito significado, simbólico, delimitado pela língua e na língua, embora ele não tenha a consciência desse processo, que não é sempre o mesmo. Esse processo de subjetivação é o que garante o sucesso da auto-ajuda. E o uso do pronome *você* é parte dessa materialidade que o possibilita. Uma possibilidade sempre atualizada, mas que permanece por ser histórica.

Mais adiante, procuraremos compreender esse efeito de evidência que, ao discurso de auto-ajuda, pode ser atribuído pelo leitor, pensando em como esse leitor é afetado pela ideologia e história, além de identificar redes de significações em que ele inscreve o dizer para significar, e as leis de possibilidade para o aparecimento de ambos.

Capítulo 3

Os interlocutores e a enunciação

O ambiente da livraria, com todo seu aparato visual, suas ofertas, lançamentos e promoções, não recebe qualquer cliente; também não é com certeza nesse ambiente que se dá o primeiro contato que tem um leitor com o livro de auto-ajuda que ele se propôs a comprar. O comprador em potencial que se coloca diante da estante de uma livraria e tenta selecionar um dentre os milhares de títulos denominados como “de auto-ajuda” já tem em si um mínimo de propósito de adquirir um deles. Em outras palavras, os discursos todos que já funcionam nele como verdadeiros sobre a auto-ajuda já o afetam de tal maneira que as palavras de cada título parecem significar exatamente o que ele espera delas. Esse sujeito está, portanto, no momento da escolha, não só decodificando o título, mas atribuindo sentidos ao que lê, interpelado pelos discursos outros – que vêm pela memória, pelos dizeres já inscritos na história – num lugar de sujeito que precisa da ajuda oferecida pelos livros. Essa a particularidade desse momento. O livro é a resposta que cabe a uma solicitação de ajuda.

Nessas condições, e num ambiente autorizado a vender livros e credibilidade, é que se encontra o futuro comprador. O trabalho de leitura do consulente à procura de um livro é conduzido já por uma vontade produzida nele, graças ao apelo do discurso do autoconhecimento que é veiculado pelas diversas mídias: “Ter um determinado saber-poder sobre minha vida, tomar as decisões certas, descobrir quem sou, desenvolver em mim mesmo a auto-estima”. A idéia de sucesso atrelada ao conhecimento de si é constantemente validada em nossa sociedade. É essa “ilusão de certeza” que tem o sujeito ao achar-se leitor ideal para um livro também ideal para ele. Portanto, não nos cabe perguntar “por que o sujeito procura a auto-ajuda?”. Podemos, sim, verificar como esses discursos funcionam na história; de que posições ideológicas o sujeito atribui sentido ao dizer. Dito isso, acredito que

conseguimos inicialmente posicionar um provável interlocutor para a auto-ajuda: alguém que busca respostas em outro para saber agir sobre si mesmo.

Tomemos agora a situação mais imediata, quando o comprador tenta buscar o livro exato, acreditando ter o controle sobre sua escolha. Sem contar com o auxílio de qualquer vendedor, muitos deles despreparados para a função de vender livros, ele busca solitário identificar em si seu problema e já, em seguida, acertar na solução. Ele crê na sua auto-suficiência para decidir de que precisa em meio a uma infinidade de títulos “milagrosos”. Por que se decide por um e não outro? Isso vai depender de como uma determinada memória funciona, acionada pela ideologia, que faz o consulente enxergar em determinado título a evidência que procura: se o problema envolve amor, dinheiro, trabalho, auto-estima. A busca é muitas vezes a resposta que o leitor, sujeito imaginário de sua vontade, criou como necessidade.

E por que esse sujeito procura o livro como mediação? Começemos pela atribuição de valor dada ao livro por todo aquele que o procura. Todo saber em que se constitui o livro é acolhido pelo leitor como representação da verdade. Caso contrário, ele não o procuraria. E por quê? Porque ele é assinado por um autor, porque foi digno de publicação, porque é uma instância de conhecimento valorizada e reconhecida. Mesmo sem ter consciência disso, é assim que um leitor vê o livro, pois essa importância dada a ele como veículo de conhecimento, promovedor de cultura e divulgador do saber já está autenticada pela história.

Para os livros de auto-ajuda, valem as mesmas coerções acima citadas. Mas há especificidades relacionadas a esse tipo de “literatura” que devem ser levantadas. Primeiro seu estatuto de pseudociência, entendendo como ciência saberes formalizados, cujas verdades podem ser experimentadas e provadas por meio de métodos de investigação institucionalizados. A auto-ajuda conta apenas como experiência de vida particular, atestada por um sujeito, um *eu-experenciador* que vivencia a relação consigo mesmo, e consegue com isso sucesso. Todo este discurso sobre um *saber pela experiência individual* está materializado no livro.

Esse discurso sobre o saber, e sobre um saber que evoca a arte de viver, o domínio do ser em benefício próprio, conquista seus leitores à medida que oferece um saber acabado, aplicável sem restrições, saber manipulável e finito, muito diferente daquele que exige tempo, que não se dá sem esforços, sem

comprometimento; um saber quase impossível, encontrado apenas pelos poucos eleitos. Não é um saber sistematizado, mas aquele que só com a experiência se consegue atingir. Esse sim o saber desejado pelos que procuram a auto-ajuda. Nada mais tentador que um pacote completo de satisfação pessoal: além de poder resolver os meus problemas mais emergentes, torno-me o ser capaz de realizar tudo isso; constituo-me diante de mim mesmo como salvador de minha alma, e assumo-me como sujeito que tem domínio sobre si mesmo e tem capacidade de agir. Cria-se assim uma identidade; um perfil de sujeito auto-suficiente é estabelecido.

A autenticidade atribuída a esse discurso parece surgir mesmo da experiência, sempre comprovada, de um sujeito que nos fala com autoridade e que não sou eu, e que delimita o meu espaço nessa relação de saber e de poder; mas é também, e principalmente, pela forma de circulação legitimada pelo livro que ele parece ser produzido como efeito de verdade. O interlocutor da auto-ajuda identifica esse sujeito-enunciador como capaz de indicar com propriedade o seu lugar de leitor e definir os desejos e as estratégias para alcançá-los. Esse que assume o lugar do “eu” é aquele que viveu, que comprovou e que sabe, mais do que seu interlocutor, que se perde nas situações mais simples do cotidiano.

Parece não haver mesmo auto-ajuda, se pensarmos nessa “modificação” do sujeito através da contribuição de outro. Mas há sem dúvida a sensação de poder, e do poder agir sobre si, atestada já de antemão por um outro, é certo, embora essa anuência passe pelo interlocutor para poder atuar, agora, nele mesmo. Esse sujeito vê-se capaz de promover sua mudança, um efeito que o faz sentir único responsável pelas escolhas relacionadas a si mesmo. Como recusar tal responsabilidade? Como evitar essa interpelação direta? Em contrapartida esse caráter de uma “quase ciência” compromete a aceitação que muitos leitores possam vir a ter desse tipo de livro.

A consideração que se faz hoje da literatura de auto-ajuda como uma pseudociência nos faz retomar a questão do sujeito e das formas de obtenção da verdade que se modificaram desde a Antigüidade até hoje. O que é ser uma pseudociência? Por que algumas vezes não se legitima esse discurso da auto-ajuda? A aplicabilidade do conhecimento científico e seus métodos de obtenção é a

única verdade capaz de justificar e autenticar todo discurso que exige eficácia e reconhecimento, como pretende também o da auto-ajuda. No entanto, esse discurso se inscreve em nossa época como uma pseudociência, do duvidoso, da possibilidade apenas. O crédito a ele atribuído pela nossa sociedade, por conta de sua “não-cientificidade”, é pouco. Como explicar então o fenômeno de vendas que os livros de auto-ajuda representam no mercado de livros?

Por outro lado, ele é interpretado também como não-ficção, o que remete o leitor a significá-lo como fato verídico, narrado e experienciado por um ser empírico, coincidente com o autor que assina o livro. Esse leitor, para atribuir validade ao que lê num livro de auto-ajuda, se enxerga submetido às mesmas interferências do mundo real que age sobre o enunciador, e então lê como evidência o proposto pela auto-ajuda como realizável, uma vez que já foi experimentado pelo outro, sob a condição do olhar para si mesmo.

A depender de como o sujeito é afetado pela ideologia, a qualidade de pseudociência pode afastá-lo ou aproximá-lo do livro de auto-ajuda. Ao contrário, o caráter de não-ficção contribui para inscrição dos discursos de auto-conhecimento numa “rede dos dizeres verdadeiros” para o sujeito, pois sendo não-ficção, o seu comprometimento com a verdade empírica parece ser mais eficaz; é o valor dado ao saber empírico.

Colocadas essas primeiras questões, passemos agora a uma breve introdução do que será mais adiante trabalhado: o paradoxo em que se constitui a auto-ajuda enquanto mediador (o outro) da relação do sujeito consigo mesmo. Se a relação que deve ser efetivada é a de si para si próprio, como poderá o livro insurgir como mediação necessária? Onde estaria a “auto” ajuda? Interessante imaginar como o paradoxo da auto-ajuda sustenta ele mesmo o seu sucesso: auto-ajudar-se é contar com a ajuda do outro; é verificar na felicidade e na realização do outro o mecanismo capaz de legitimar a sua própria vivência e realização.

Para tentarmos entender essa necessidade de um outro no processo de subjetivação, citamos uma passagem do texto de Foucault (2001), quando o autor se refere às práticas de si na Antigüidade grega e romana:

O indivíduo deve tender para um *status* de sujeito que ele jamais conheceu em momento algum de sua existência. Há que substituir o não-sujeito pelo *status* de sujeito, definido pela plenitude da relação de si para consigo. Há que constituir-se como sujeito e é nisso que o outro deve intervir. (...) o mestre é um operador na reforma do indivíduo e na formação do indivíduo como sujeito. É o mediador na relação do indivíduo com sua constituição de sujeito. (p.160)

Pensando em quem ocuparia hoje o lugar do mestre, encontramos este espaço preenchido pelo livro, assinado por um autor que a si delega o poder de ajudar o outro na constituição de si em sujeito. No entanto, essa posição de mediador não se transfere tão facilmente, nos dias atuais, para o livro de auto-ajuda. Este fato vai diferenciar essas duas formas de mediação, a da Antigüidade e a de nossos dias, principalmente pela liberdade dada ao sujeito nesse processo de subjetivação. Será esse um dos temas abordados mais adiante. Por hora, gostaríamos de chamar a atenção para o fato da injunção da existência de outro ao se pensar possibilidades de subjetivação. Mas essa exigência parece apagada no sujeito, porque atua nele outra mais marcada ideologicamente como evidência: eu sou porque sei que sou; a existência de outro não me constitui como sujeito. Se resgataremos que sujeito e ideologia só se dão pela língua, que é a materialidade do discurso, não há um *eu* que se constitua fora desse espaço de discurso. E todo “discurso (o que eu tenho sobre mim e sobre os outros, sobre o mundo) é efeito de sentido entre locutores”. (Orlandi, 1999). Daí que é condição estruturante do dizer a existência de outro.

3.1 O *eu* que constitui o *outro* no discurso da auto-ajuda

Se há um poder atuante sobre o leitor, que o impulsiona a se definir enquanto sujeito, soube-o muito bem esse tipo de discurso de auto-ajuda, pois conseguiu atrair leitores ávidos por construir um esboço de si mesmo. Tudo isso ocorre nesse enunciado aparentemente linear e evidente: um lugar de discurso onde não há espaço para a indefinição ou a dúvida; onde se manifesta antes a certeza daquele que enuncia, e a aceitação daquele que se assume como origem de um discurso de verdade sobre si mesmo, possibilitado pela existência de um outro.

O que Benveniste chamou de “polaridade de pessoa”, ou seja, a relação constitutiva entre *eu* e *você*, vem estabelecer a condição essencial para que haja produção de sentidos: os locutores. É pela existência de um *eu* que fala a um *tu/você* que as posições de enunciador e destinatário se alternam. Pensada essa relação no campo discursivo da auto-ajuda, acentua-se ainda mais a importância dessa “troca” de pessoa. É necessário, para que se produza um sujeito que se observa e se coloca em evidência num discurso seu sobre si mesmo, que o leitor, diante do título, veja-se agora como um *eu*, interpelado pela ideologia, e que assume a vez no jogo discursivo. Dito assim, percebemos que seria insuficiente para desenvolver esse trabalho pensar no interlocutor da auto-ajuda sem considerar para essa análise a sua outra extremidade essencial, ou, como afirma Benveniste, “*tu* é necessariamente designado por *eu* e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do *eu*” (Benveniste, 1966, p.250)

Essa relação em que “*eu* e *tu (você)* se especificam”¹¹ é primordial para que o título da auto-ajuda faça sentido. Cria-se um elo entre um sujeito que é autor e outro que é leitor, pois a auto-ajuda conta com a certeza do seu dizer e a credibilidade daquele que lê para funcionar.

O estudo realizado por Brunelli (2004) sobre a modalidade do discurso de auto-ajuda, já concluía que sua especificidade está marcada justamente pela noção

¹¹ Benveniste, 1966, p. 250

de certeza, objetividade e previsibilidade, além de se constituir num discurso do saber, da verdade. Vemos, portanto, que tanto autor como leitor assumem posições definidas, como bem afirmou Brunelli:

verificamos que ser sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é assumir um lugar de saber, ou seja, é colocar-se num lugar de enunciação que implica ter um conhecimento especial ou específico para ser transmitido. Conseqüentemente, a imagem conferida ao destinatário pelo sujeito-enunciador é essencialmente a de alguém que necessita de uma orientação, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida, etc. (2004, p.141)

Ainda para a autora, referindo-se ao sujeito-enunciador:

“o *ethos* desse discurso é o do homem seguro, autoconfiante, determinado e *autocentrado*, que está voltado para os seus objetivos e interesses e que age em busca de seu próprio bem.” (Brunelli, 2004, p. 141)

Pelo que até aqui foi apresentado, fica clara a nossa intenção não de colocar como central a situação e estatuto do sujeito-enunciador, mesmo porque o estudo de Brunelli (2004) realizou-o muito bem. Nossa proposta é analisar o outro lado dessa relação que permite a produção de sentidos: o interlocutor.

Quando se dá a subjetivação do sujeito, para que fique claro, ela não se dá de maneira interior, onde se constituiria um ser psicológico e consciente. Essa emergência do sujeito, sua existência no simbólico, se daria pelo discurso, pois “o indivíduo significa-se pelo simbólico na história” (Orlandi, 2001, p.100). Para caber nesse espaço vazio e ser leitor ideal para a auto-ajuda, ele submete-se à condição de sujeito que precisa ser auxiliado, condição esta que ele vê significada como evidência no enunciado (título).

Brunelli (2004), embora tenha observado essa mesma condição, verificou-a a partir de um lugar de enunciação que caberia ao enunciador:

...verificamos que a imagem conferida ao destinatário **pelo** sujeito-enunciador é essencialmente a de alguém que necessita de uma orientação, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida, etc. Assim como há um saber do sujeito-enunciador que faz parte dos pressupostos do discurso de auto-ajuda entendidos como condições de legitimação, podemos dizer que a carência do destinatário também faz parte desse conjunto de pressupostos, tendo em vista que, quando se oferece uma orientação, se pressupõe que o destinatário esteja necessitando dessa orientação e/ou procurando por ela. (p. 75)

Como bem afirmou a autora, há o pressuposto no discurso mesmo de auto-ajuda que configura, já em sua própria formulação, um destinatário carente de ajuda, e que procura, através do outro, modos de subjetivação. Entretanto, nos desviamos desse objetivo, já avaliado amplamente por Brunelli, para nos deter nos gestos de leitura realizados pelo consulente. Mesmo assim, não poderemos, ao tentar romper o efeito de evidência na leitura feita pelo sujeito-leitor, abandonar por completo a inscrição do outro na produção de discursos. Por isso, vê-se importante destacar, a partir de Orlandi (2001), que:

a função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. E isso está constituído na materialidade dos textos. Não se pode falar do lugar do outro: no entanto, pelo mecanismo da antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como um seu duplo. (p.61)

E se esse lugar já está pré-construído para ser ocupado pelo leitor já antecipadamente suposto, esse mecanismo deve fazer parte também de nossa consideração, principalmente se analisarmos como esse leitor faz a leitura que parece adequada para esse enunciado. No entanto, é importante ressaltar que o

enunciador antecipa não porque é consciente, mas como submetido à língua e atravessado pela ideologia, identifica de antemão seu possível interlocutor. E se chega até ele e o faz entrar em contato consigo mesmo, é porque há evidências que se instituem no processo de atribuição de sentido que são inscritos na história, e não porque o enunciador domina esse discurso.

Configurado rapidamente o *eu* que fala, devemos pensar agora em como essas evidências, afetadas pela ideologia e presentes no discurso de auto-ajuda, chegariam ao leitor e que leitura(s) permitiriam, estando ele já situado num lugar autorizado em que pode significar o título que lê. Buscaremos agora, retomando os títulos de nosso *corpus*, eixos de significação, construindo para isso quadros enunciativos.

3.2 Quem responde ao você da auto-ajuda?

Partiremos agora para uma análise dos enunciados da auto-ajuda, procurando desdobrá-los em leituras possíveis inscritas num campo de saberes que atualiza e justifica as preocupações do sujeito com sua constituição e com a produção dos dizeres verdadeiros sobre si mesmo. Por isso avaliaremos, a partir da materialidade da língua, as ideologias que atravessam esse mercado atual do autoconhecimento e que regem a formação de identidades em nossa sociedade.

Tomemos como exemplo o 1º grupo de títulos, assim separados por apresentarem a seqüência lingüística *você + é + qualificação para você*:

Você é insubstituível

Você é sua cura

Você é do tamanho de seus sonhos

A recorrência no uso do *verbo ser* no presente do indicativo (é) já pode ser considerado um primeiro índice significativo. *Ser* é estado de constância e permanência. *Ser* não é *tornar-se*, nem tão pouco *estar* temporariamente. O leitor enxerga-se então em estado de dormência, de alguém que, ao se colocar nesse espaço da possibilidade de auto-ajuda, descobre em si mesmo a sua importância, a sua capacidade e o seu merecimento. É dessa evidência atribuída aos enunciados acima que sobrevive a auto-ajuda.

Ainda analisando os três títulos anteriores, pensemos como o sentido atribuído pelo leitor à palavra *insubstituível* remete-o à idéia de um ser único, dentre outros, o que singulariza a relação que ele terá consigo mesmo. Assim, percebemos no título um duplo apelo ao sujeito: além do uso do pronome *você* que, como já vimos, pode ser interpretado como o interlocutor direto de um texto, dizer que alguém é *insubstituível* seria afirmá-lo como único e definido. Dessa forma ele é individualizado, chamado a ocupar o lugar nesse discurso. Nesse recorte ideológico, equivalem-se enunciados como: “*você é importante*”; “*ninguém é igual a você*”. Resta-nos perguntar: *insubstituível* em relação a quê? a quem? Essas indagações desaparecem, são esquecidas pelo sujeito, pois funcionam aqui outros enunciados. Surge, enfim, como formulação implícita, a idéia de *isolamento*, sentido que apaga qualquer idéia de coletividade, e faz com que o consulente se reconheça importante, digno de preocupação de si para si.

Vejamos agora, dando continuidade à nossa análise, um 2º grupo de títulos do *corpus*, a partir dos quais analisaremos os gestos de leitura possíveis de serem realizadas pelo leitor.

Títulos em que aparece o verbo modal *poder*:

Você pode curar sua vida

Você pode mudar sua vida

Você pode, se acha que pode

Observando com cuidado essa realização do verbo *poder* nesse enunciado, poderemos perceber o paradoxo mesmo em que se dá a auto-ajuda. Se o sujeito

põe-se em situação de acreditar que poderá agir de forma a promover alguma transformação em si mesmo, dispensaria a ajuda de outro que se colocaria para auxiliá-lo. Não é isso o que parece ocorrer, já que a dependência em relação ao outro, é traço constitutivo do dizer da auto-ajuda. Teríamos então uma leitura possível por desdobramento de pessoa:

- há um *eu-enunciador* que parece reconhecer o poder do outro, e que por isso é percebido pelo interlocutor como alguém superior, porque detém um conhecimento que o *você-interlocutor* não domina sobre si mesmo;

- há um *você* que admite para si esse poder, mas porque se submete ao reconhecimento do enunciador; onde há *você pode*, o interlocutor lê agora *eu posso*, isso porque possibilitado pela autorização de outro (o sujeito-autor da ajuda).

Essa “encenação”, em que há a distribuição tão clara de papéis, não se dá pela consciência de seus intérpretes. Há uma certa injunção a se colocar nos lugares de enunciação que correspondem ao sujeito-autor que sabe sobre o outro, e sujeito-leitor que não sabe sobre si mesmo. E essa injunção é dada historicamente e ideologicamente. Um indivíduo que procura a auto-ajuda deve já se colocar na condição de auxiliado. Aquele que escreve o livro toma, como seu, um lugar de saber, não somente sobre o outro que necessita, mas sobre si mesmo como condição mesma de discurso, já que é preciso primeiro emergir como sujeito para falar ao outro como um alguém com experiência.

Para complementar, ilustraremos ainda com outro exemplo que traz em sua formulação a idéia de *poder*:

*Acredite! **Você** tem o poder!*

O *poder*, nesse exemplo, desliza para outras regiões de discurso. Passa de *possibilidade para objeto já possuído*. Para acreditar-se detentor desse “poder”, basta que o leitor se enxergue responsável único pela liderança de si mesmo. Ao não crer nessa competência, o leitor veria anulada a situação de submissão diante de um enunciador autorizado para afirmar, ou negar, a competência do *você*. A idéia

é de um poder latente que precisaria apenas de um olhar do sujeito para si mesmo para desencadear nessa descoberta.

Há aqui, novamente, a responsabilidade da mudança colocada unicamente para o *você*. Ao *eu* que fala com tanta propriedade, cabe apenas informar ao *você* as possibilidades de se auto-ajudar. É esse efeito-leitor que age sobre o consulente; é nesse lugar que ele se colocaria para ser um leitor ideal para a auto-ajuda.

Outros títulos de nosso *corpus* podem reforçar ainda mais as afirmações feitas até aqui. Vejamos um 3º grupo de títulos que trazem como traço coincidente os verbos conjugados no modo imperativo:

*Faça algo por **você**. Agora!*

*Saiba quem **você** é. Seja o que quiser*

*Comece onde **você** está*

*Seja **você**: assumo o controle das transformações*

Traço marcante das formulações acima é a realização dos verbos no modo imperativo. O uso do imperativo nos permite ler uma série de não-ditos que estariam inscritos, como estruturantes que são do dizer, nos ditos do enunciado. Por exemplo, uma ordem dada a alguém pressupõe a inexistência da ação até o momento da enunciação da ordem. Assim:

- quem recebe uma ordem como *faça algo*, é porque ainda **não** o faz;
- quem recebe uma ordem como *saiba*, é porque ainda **não** sabe;
- e assim também: *comece a ser você*, porque *você* ainda **não** começou;
- *seja você*, porque *você* ainda **não** é.

Como leitor de auto-ajuda, só encontra lugar aquele que se vê, então, incapaz de agir sem interferência de outro. E esse sujeito que age por estímulo de outro, pela ordem, só é capaz de identificar-se como um ser no mundo, autêntico, capaz de mudança e controle sobre sua vida através desse tipo de sugestão. Há um apagamento completo do que seria esse indivíduo até então. Ele passa a existir

porque a auto-ajuda lhe diz que isso é possível. Para os discursos da auto-ajuda, só parecem servir os indivíduos que se “comprometem” a olhar para si como incapazes, a princípio, de autoconhecimento. E é assim que o consulente se enxerga para aceitar esse discurso.

Pensando ainda nos exemplos últimos, identificamos também uma realização bastante especial do pronome *você*¹², qual seja, a de assumir, independentemente da posição que ocupa no sintagma, a mesma forma material, sem marca gráfica de atribuição de caso, ao contrário do que ocorre com os demais pronomes pessoais, parecendo sempre como marca visível e convocando sempre a relação de pessoa *eu* e *você(tu)*. Por exemplo em:

- *Faça algo por **você**. Agora!*, teríamos *Faça **você** algo por **você** agora*, em que o pronome *você* apareceria sem alteração de sua forma, tanto como pronome nominativo quanto como pronome dativo.

Essa redundância, que não aparece grafada na formulação dada a ler, é a própria condição de sujeito que volta o olhar para si mesmo, e está identificada na materialidade mesma do enunciado (título). Não é digno de solicitar ajuda, quem não se submete à auto-avaliação. Entretanto, devemos tomar cuidado para não ver aí, neste caso, mais que um único sujeito que se constitui pelo discurso. Não há mais que um sujeito em nível discursivo e não há sujeito sem discurso. Em cada enunciação constitui-se um lugar de sujeito-enunciador que é assinalado.

Outra leitura possível nesse processo de atribuição de sentido que o leitor de auto-ajuda faz de si mesmo para aceitá-lo como verídico, quando colocado no espaço em que a auto-ajuda significa, é a situação de urgência da descoberta de si. E o modo imperativo e os advérbios de tempo (*agora, já*) instauram essa urgência. Ele admite para si a imagem de atrasado, desleixado por não assumir o compromisso consigo mesmo. Por isso a precisão da rapidez de atitude.

O que estamos tentando construir são esboços de um sujeito que se admite como destinatário de um discurso de auto-ajuda, à medida em que se coloca num determinado lugar em que caberia somente se se pusesse em relação consigo

¹² Já havíamos observado esse fato no capítulo 2.

mesmo. Esse é o sujeito convocado pela auto-ajuda. Ao “aceitar o convite”, vê constituir-se sua subjetividade.

Imaginemos agora como essa relação de auto-avaliação seria instituída a partir de enunciados como *Seja você* e *Seja o que você quiser* numa leitura em contraste:

- em *Seja você*, é preciso que o leitor busque na relação consigo mesmo uma recuperação, um retorno ao que acreditaria ser a sua essência. Novamente o espaço já conhecido sem o qual a auto-ajuda não sobrevive.

- em *Seja o que você quiser*, a imagem de sujeito parece ainda indefinida, mas o sujeito que se coloca aí, como leitor, vê em si a possibilidade de tornar-se alguém auto-suficiente para decidir “*quem serei eu?*”.

É preciso que o sujeito encontre-se num lugar de discurso em que a crença nessa possibilidade exista, para que ele registre como significativo tal enunciado. Em suma, a depender do lugar de discurso do qual o sujeito-leitor é interpelado pela auto-ajuda, ele assumirá como seu um discurso que surge diante dele por mediação de outro. É o processo de subjetivação que acontece quando esse leitor passa a assumir como seu um discurso de verdade sobre si mesmo. Muitas vezes essa subjetivação não se dá. Exemplo disso ocorre quando o leitor não inscreve esse dizer da auto-ajuda como justificável para uma auto-avaliação. Isso pode ocorrer porque esse leitor se enxerga fora da relação de ajuda, descrente que é, entre outras coisas, na mediação de outro. Vejamos como certos dizeres podem ser inscritos na memória de diferentes formas, a depender da rede de implícitos acionada para que o sujeito se signifique e signifique o enunciado.

Determinamos assim um 4º grupo de títulos:

*A mágica de conquistar o que **você** quer”*

*A confiança de ser **você** mesmo”*

*A coragem de ser **você** mesmo*

O primeiro título remete a uma rede de memória em que funcionaria a idéia de “*poder para realizar o que se deseja, o que se quer*”; o segundo título parece significar num mesmo lugar ideológico em que surge “*a valorização de si , a confiança e o investimento em si*”; o terceiro título impõe como condição ao sujeito que quer auto-ajudar-se, que seja corajoso.

A respeito do título “*A mágica de conquistar o que **você** quer*”, devemos perguntar: como a palavra *mágica* pode ser significada? Ela pode inscrever-se como tudo aquilo que é *impossível, desacreditado, irreal*; mas pode também fortalecer a idéia de *solução inesperada e eficaz, sem explicação lógica*, funcionando como efeito de evidência. Curioso é verificar que nesse enunciado, assim como em outros de auto-ajuda, esse sentido que parece estar sempre lá, em efeito de evidência, parece trabalhar a favor desse discurso. Se conquistar *o que se quer* pode ser difícil, só mesmo algo fora da realidade, para apresentar solução. As dificuldades e as impossibilidades sociais e históricas que interferem na conquista dos objetivos do homem são interpretações apagadas por uma condição histórica mais emergente no mundo contemporâneo: a da rapidez, a da solução imediata, efeitos que a modernidade inscreve em nossa memória. Isso permite que um certo discurso possa surgir: o de uma pretensa magia instantânea responsável pela conquista de “*o que você quer*”. E o leitor, situado nesse mundo de urgências de ser e existir como vencedor, corajoso e capaz, não passa por esse discurso sem ser afetado por ele.

Mas há também, como efeito de resistência, uma força capaz de *desregularizar essa rede de implícitos* (Pêcheux, 1999). Essa força levaria o sujeito-leitor a re-significar um signo lingüístico, ou desestabilizar uma relação parafrástica (a de “*mágica*” como “*solução milagrosa*”) para assumir um jogo do polissêmico (o de “*mágica*” como “*impossibilidade*”).

Ainda é interessante observar no 1º título que a seqüência “*o que você quer*” exclui da interpretação “*o que você não quer*”. E surge aqui a abertura para que cada leitor potencial desse tipo de texto possa significar, interpelado pela ideologia, o que é para ele motivo de desejo.

No título seguinte (“*A confiança de ser **você** mesmo*”), parece haver um mecanismo de subjetivação que força o sujeito-leitor a definir-se: o que me define como “*eu mesmo*”? Como ser o que deveria ser, mas não sou? Para significar-me,

tenho que definir quem sou. E esse efeito de sentido está relacionado às posições ideológicas em que se colocam os leitores para significar, e menos com a idéia de verdades sobre si mesmo, que é o que propõem engenhosamente os textos de auto-ajuda.

Outro ponto de interpretação importante é o sentido que se apresenta através da palavra *confiança*: achar-se um em meio aos outros necessita *confiança*. Nesse ponto, o enunciado do título abre para outra interpretação: aquela que diz respeito à própria dificuldade do indivíduo de se significar, valorizando mesmo a interferência de outro nesse processo de autoconhecimento. Há nele a ilusão necessária de ser singular. Podemos dizer que esse discurso “explora” (inconscientemente, já que também transpassado por ideologias) essa emergência do ser constantemente significado para que ele exista no mundo, como já mencionamos, através da/ na língua.

Para finalizar esse 4º grupo de títulos, pensemos agora sob que condição se coloca o indivíduo para significar um enunciado como: *A coragem de ser **você** mesmo*. Se fizermos uma leitura dos implícitos poderemos entender como o leitor poderia atribuir sentido a esse título. A princípio, o sujeito que percebe na coragem um meio para entrar em contato consigo mesmo: vê-se ainda sem coragem; aceita que é preciso ser corajoso para assumir uma subjetividade que seja a sua própria. E essa é uma condição essencial do sujeito: deixar-se encorajar, estar afetado pela necessidade de ser identificado, numa coincidência entre o que ele pensa ser com o que os outros acreditam que ele seja. É a ilusão em nós de um controle sobre o que somos.

Se continuarmos ainda investigando os não-ditos constituintes desse enunciado, chegaremos a mais uma leitura possível feita pelo consulente, qual seja: “Eu ainda não sou eu mesmo, pois ainda não tenho coragem para me assumir como sou”. Leitura possível sim, ainda mais se este dizer interpela o indivíduo num determinado lugar. Sabemos que há um discurso, historicamente construído, de que todo ser que vive em sociedade quer incluir-se num grupo, numa comunidade, e por ela ser aceito. Essa aceitação passa pela identificação de características comuns entre os integrantes dessa tal comunidade. Toma-se daí a dificuldade que o leitor enxerga quando lê “ser você mesmo”. Ao mesmo tempo, “ser você mesmo” funciona

como mantenedor de uma singularidade. É quase uma ousadia admitir-se diferente de outros e igual a “você mesmo” numa sociedade que prega a identificação dos sujeitos com grupos determinados.

Apesar de se inscrever no campo dos discursos que procuram propiciar ao sujeito o acesso ao conhecimento empírico, valendo-se da experiência do eu-enunciador como fato verificável e possível de ser atingido por qualquer indivíduo, muitas vezes encontramos esse discurso funcionando como lugar de incompletude. Temos então alguns termos que indicam espaços de indefinição, que caberiam ao leitor completar, pois que se dão geralmente na forma da pergunta (*o que, algo, quem, como, que tipo ?*), ou alguns dêiticos (*agora, onde*). Escolhas lingüísticas que parecem apontar para um discurso de “abertura”, mas que não deve ser confundida como espaço de liberdade para o sujeito. É antes como verdade que funciona, sempre inscrita num campo de discursos do autoconhecimento, como forma de controle sobre a individualidade. “Quem você é”, ou “o que você quer”, e também “como fazer”, são respostas já recuperadas pelo próprio indivíduo quando se coloca na situação de quem precisa da auto-ajuda.

Seguindo nossa investigação lingüístico-discursiva, vamos recuperar mais alguns títulos para verificar a relação de hierarquia do saber entre enunciador e seu destinatário:

*O poder dentro de **você***

*O stress está dentro de **você***

*Sua mente sabe mais do que **você** imagina*

*Como fazer todo mundo gostar de **você***

Constituem-se desta forma:

- um EU que sabe (sabe onde está o poder, onde está o stress, sabe mais da mente de outro que ele mesmo, e sabe como fazer as pessoas gostarem das outras) e

- um VOCÊ que não sabe (não sabe onde está o seu próprio poder, não sabe onde está o seu próprio stress, não sabe de sua própria mente, e não sabe como fazer as pessoas gostarem dele).

Ao colocar-se nesse lugar de não-saber, lugar disponibilizado para aquele que deseja ser ajudado, o sujeito inverte em seu o discurso de outro. Sem essa inversão do discurso do *eu* para o *você* que passa a ser *eu*, não há subjetivação. Ao tomar esse discurso de verdade como “meu sobre mim mesmo”, instaura-se um lugar de sujeito-leitor significado. E esse lugar surge do contexto histórico e social em que há uma demanda a cuidar de si por si mesmo. “Eu devo descobrir meu poder”; “Eu sei onde está o meu stress”; “Eu preciso saber mais sobre minha mente”; “Eu devo saber como as pessoas podem gostar mais de mim”. Leituras legitimadas pelo sujeito que procura a auto-ajuda.

Nesses mesmos exemplos, vamos verificar também que algumas exigências instaladas historicamente em nossa sociedade fazem com que o leitor aceite, sem maiores problemas, a interferência de um sujeito-enunciador em suas escolhas. Não é o enunciador que instaura uma necessidade de *se ter o poder, de se livrar do stress; nem mesmo de que é importante ser amado por todos e de conhecer a sua própria mente*. Essa interpretação dá-se pelo discurso que se inscreve na história. Ser auto-suficiente, ser amado, ter o poder são os discursos que funcionam na auto-ajuda para que a ele seja atribuído o valor de verdade pelo leitor.

Vemos surgir em nosso tempo outros discursos que parecem interferir no processo de atribuição de sentido ao discurso de auto-ajuda. Eles significam à medida que se inscrevem em redes de memória em que funcionam os conceitos de controle sobre si, poder de ação, mudança de atitude. Quando o leitor tem diante de si um título como “*Você pode mudar sua vida*”, ele significa ali, também, o discurso que afirma ser importante mudar. E mudar por si mesmo.

Outros exemplos que podem exemplificar o que afirmamos são:

*E se **você** . . . começasse a agir*

*Seja **você**: assuma o controle das transformações*

Aqui há também outras posições ideológicas que interpelam o sujeito-leitor e o fazem interpretar: ser identificado como sujeito de transformações e de ações é colocar-se no mundo, é ser reconhecido pela sociedade como capaz, é “marcar presença”. Não é só na formulação dada a ler que isso fica evidente. Mas também buscando em outros discursos anteriores, numa rede de enunciados, é que vamos entender como o leitor lê e qual é a posição que assume no jogo discursivo.

Outra demanda que se instala fortemente em nosso tempo é aquela que nos leva a interpretar como justificável o cuidado de si que procura a auto-estima, o amor próprio, a paixão por si. Temos como exemplos:

*Apaixone-se por **você***

*Auto-estima: aprendendo a gostar mais de **você***

Ainda vale destacar a redundância que aparece no 1º exemplo (*se, por você*) e a relação que se faz entre *gostar-se* e o *aprendizado* dessa auto-estima. Seriam esses implícitos que funcionariam no momento da interpretação. Além disso, é importante destacar que essas formulações modernas para o cuidado de si (amar a si mesmo, ter paixão por si) são interpretadas modernamente atreladas ao conceito de individualismo, que por vezes instaura-se como qualidade positiva, e outras como negativa.

Na verdade, cuidar de si mesmo parece justificar-se apenas quando essa preocupação extrapola o objetivo final, que seria o “eu mesmo”. O discurso da auto-ajuda, como o conhecemos hoje, só parece valer para o indivíduo porque ele lê neste discurso um meio para voltar à sociedade, não mais como despreparado, mas como aquele que domina o seu querer e se impõe como individual, identificável, mas atuante num grupo bem diversificado. Essa é a ilusão de individualidade que tem o sujeito que se submete à auto-ajuda; um individualismo positivo, pois que deflagra sempre um objetivo a mais que o próprio conhecimento do eu.

No entanto, como veremos mais adiante, essa forma atual de governo da subjetividade não é mais que uma tentativa de atribuir um saber acabado ao sujeito, sem que haja nele modificação.

Essa posição de sujeito que pratica o cuidado de si é lugar de salvamento e descobertas, possibilidade de escolha e solução de problemas. Há aqui um campo enorme de fins propostos pelos que garantem a eficácia da auto-ajuda. Cabe perguntar, diante da evidência deste discurso: se há a auto-ajuda, o que será impossível?

Os títulos investigados até aqui não têm esgotadas as suas possibilidades de leitura em nossas análises. O que procuramos trabalhar nesse capítulo foram algumas das condições mais estritas em que se dá o processo de atribuição de sentido a um título de auto-ajuda por um seu leitor em potencial.

Destacamos para isso o contexto mais imediato que permitiria a leitura da auto-ajuda como espaço para o leitor instaurar uma relação de si para si próprio. Esse contexto para nós seria, além do ambiente da livraria, a própria existência de um livro como mediador do contato consigo mesmo, e também a constituição dada mutuamente entre um eu-enunciador e um você-leitor da auto-ajuda. Identificamos também, num trabalho de investigação da memória discursiva, os já-ditos e não-ditos como constituintes do dizer da auto-ajuda.

Como condições de produção mais amplas, conforme Orlandi (1999, p.30), apenas iniciamos o trabalho de identificação dos diversos discursos que emergem em nosso tempo e que se articulam com os sentidos lidos pelo sujeito no título da auto-ajuda. Outras condições históricas e ideológicas que autorizam as formas diversas de leitura serão abordadas no capítulo seguinte, aliadas inclusive às noções de *prática de si e cuidado de si*, conforme abordagens de Michel Foucault¹³

¹³ FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2001

Capítulo 4

Mecanismos de controle e liberdade do sujeito: a longa história do “autoconhecimento”

A História vem nos mostrar que, embora date de poucas décadas a publicação em massa dos livros de auto-ajuda (segundo F. Rüdiger, essa literatura surgiu no século XIX e, no Brasil, teve sua explosão a partir de 1987, cf. Maestri) a preocupação do homem civilizado em buscar o conhecimento sobre si mesmo é antiga. E mais do que simples autoconhecimento, a procura pelas formas de subjetivação sempre foi tema de investigação tanto da filosofia como da política, que procuravam avaliar as formas de poder capazes de se manifestar através dessas práticas. Guardadas as devidas proporções entre as formas do *cuidado de si* na Antigüidade e nos dias atuais, a necessidade do *conhecimento de si* atravessa a história da humanidade assumindo, em diferentes épocas, importantes papéis no processo de identificação dos sujeitos em sua sociedade.

O trabalho realizado por Michel Foucault em *A Hermenêutica do Sujeito* (2001) nos remete à Antigüidade grega e romana numa investigação a respeito dos procedimentos, técnicas e finalidades do cuidado de si. O que procuraremos efetivar nesse trabalho é uma possível leitura comparativa entre as formas de subjetivação inscritas em épocas distintas, a saber, a Antigüidade clássica e os dias atuais, baseando nossa investigação nos estudos de Foucault. Não faremos para isso um estudo que interrogue por completo as questões levantadas por Foucault em seu livro. Os temas e preocupações desse autor extrapolam os interesses desta pesquisa. Propomo-nos a verificar apenas como a questão de mediação de outro nesse discurso do “conhece-te a ti mesmo” da Antigüidade poderia funcionar hoje em dia no discurso da auto-ajuda, e como poderia constituir sujeitos determinados, em determinadas épocas. Além disso, diferentemente de como entendemos as

práticas na Antigüidade, a saber, como mecanismos de liberdade para o sujeito, veremos como as práticas manifestadas pela auto-ajuda atual funcionariam como formas de controle sobre o indivíduo.

Por isso não contemplaremos, mesmo porque não enxergamos essa possibilidade, os vários temas abordados pelo filósofo em seu livro. Cabe-nos apenas verificar se as *práticas de si* hoje realizadas através dos livros de auto-ajuda seriam as mesmas do passado, principalmente quando tomamos o processo de identificação do sujeito numa mesma rede de significações em que estariam atuando os conceitos de controle sobre os indivíduos.

Que há uma urgência instituída em nosso tempo e que nos faz voltar o olhar para nós mesmos é fato. Mas qual é a natureza desse *olhar*? O tempo para o cuidado de si mesmo é essencial também hoje. Seja através dos produtos de beleza, dos exercícios de academia, das roupas da moda ou da cirurgia plástica, o apelo ao cuidado do visual assume cada vez mais seu *status* de utilidade. Preocupar-se consigo mesmo ainda pode receber do sujeito moderno uma outra versão: a de que é necessário voltar o olhar para si com o objetivo claro de preparação para o trabalho, de instrução, de construção de um *marketing* pessoal. Numa outra versão para esse olhar, teríamos a intenção da cura dos males mais imediatos de nosso corpo, e também da alma.

Estes seriam alguns dos exemplos de como se desenharia em nosso tempo um esboço do sujeito e da preocupação que ele tem consigo. Naturalmente essas manifestações do cuidado de si não caberiam nas formas antigas. Mas há algumas formulações que percorrem a história do cuidado de si em diversas práticas filosóficas e de diversas épocas. Algumas dessas fórmulas foram citadas por Foucault (2001) e parecem valer como evidências ainda hoje:

o princípio do cuidado de si foi formulado, convertido em uma série de fórmulas como “ocupar-se consigo mesmo”, “ter cuidados consigo”, “retirar-se em si mesmo”, “recolher-se em si”, “sentir prazer em si mesmo”, “buscar deleite somente em si”, “permanecer em companhia de si mesmo”, “ser amigo de si mesmo”, “estar em si como numa fortaleza”, “cuidar-se” ou “prestar culto a si mesmo”, “respeitar-se”, etc. (p.16)

Todas essas coerções surgidas e legitimadas pela nossa época agem no indivíduo e o fazem atribuir a esse tipo de cuidado o sentido de uma evidência. Quem não o pratica não vive plenamente, pois que não vê a si mesmo como primeira instância de preocupação. É nesse aspecto que outros discursos, que circulariam numa mesma rede de memória, embora sejam distintos, afirmam ser fundamental para o sujeito o conhecimento de si, a busca por alguma “substância interior” que possa superar a simples observância de fatores externos como, por exemplo, a beleza. É nesse embate entre *beleza exterior* e *beleza interior* que surge, como mais digna de valorização, o cuidado com a alma, o nascimento do amor a si próprio, a valorização de uma suposta individualidade que é única, por mais redundante que possa parecer. Assim, antes de anular a primeira forma de olhar para si, ou seja, a que valoriza o visual, ao se preocupar com o *ser interior* que o habita, o sujeito é levado a encontrá-lo como consolo para suprir uma realização estética que lhe falta, aquela criada para ser modelo. Há uma relação de dependência entre esses dois *olhares*. Quem não se considera bonito ou preparado o suficiente para os padrões de nossa época, procura enxergar em si uma determinada *beleza* ou um certo poder construídos sempre nessa volta do olhar para a sua verdade. A beleza divulgada e exigida pelas diversas mídias não pertence a todos. Resta à auto-ajuda criar nos demais indivíduos um dispositivo que os faça se considerarem importantes, necessários e ativos. Não interessa a nossa sociedade atual, altamente competitiva e capitalista, um sujeito deprimido, insatisfeito e indefinido. A auto-ajuda, numa primeira investigação, parece-nos como mecanismo mesmo de compensação.

Por isso sustentamos, nos capítulos anteriores, que o indivíduo, para identificar-se com o suposto interlocutor da auto-ajuda, já está posicionado num determinado lugar de submissão, incapacidade e deficiência, afetado que é pela ideologia. Dessa forma, a produção de sentido para títulos como “*Deve ser bom ser **você***” ou “***Você** é do tamanho de seus sonhos*”, ou ainda “*Auto-estima: aprendendo a gostar mais de **você***” está condicionada à situação em que o enunciado de auto-ajuda encontra o sujeito no momento da enunciação, como vimos anteriormente. Se este discurso encontra o sujeito disponível para essa avaliação, pois se instaurou

nele a urgência da auto-estima, então ele faria significar esses discursos como um valor de verdade.

Nesse ponto de nossa argumentação, vale perguntar: quais são as coincidências entre esta forma do olhar para si e as práticas da Antigüidade grega e romana? Havia nelas algum mecanismo de compensação como parece existir hoje? Seria esta necessidade atual de auto-valorização uma injunção própria do ser do sujeito ou uma obrigação tornada em evidência pela estrutura político-econômica de nossa época? Já havíamos nos comprometido a vislumbrar essa possível relação. Assim, recuperando Foucault (2001)

Temos pois, se quisermos, no nível das práticas de si, três grandes modelos que historicamente se sucederam uns aos outros. O modelo que eu chamaria “platônico”, gravitando em torno da reminiscência. O modelo “helenístico”, que gira em torno da autofinalização da relação a si. E o modelo “cristão”, que gira em torno da exegese de si e da renúncia a si. (p.313)

Acreditamos que muito pouco das práticas de si do passado funcionem ainda hoje, embora algumas formulações circulem como evidências. A injunção ao conhecimento de si, ao retorno a si e à necessidade de olhar para si é uma prática que se atualiza através dos livros de auto-ajuda. Mas as semelhanças entre o cuidado de si hoje e na Antigüidade param nesse aspecto. A partir de que lugar o sujeito se vê para significar a auto-ajuda? Qual o objetivo desse olhar para si? Sob que condições ele poderá atingir seu objetivo? Todas as respostas a essas perguntas estão, ao nosso ver, diferenciadas das práticas da Antigüidade por se inscreverem como operações de dominação e não práticas de liberdade. Deixemos por hora essas questões mais específicas, que serão retomadas mais adiante. Voltemos para uma perspectiva geral, pensando em como a auto-ajuda manteria com os modelos de *prática de si* antigos uma relação de ruptura e permanência. Diríamos então que o discurso da auto-ajuda:

1- não conta com *a renúncia de si* para se inscrever como verdadeiro, pois interpela justamente seu interlocutor enquanto exigência de valorização de si. (*Apaixone-se por **você*** ou *A coragem de ser **você** mesmo*)

2- parece legitimar uma determinada reminiscência do ser, aquele até então nunca encontrado pelo sujeito, mas que está sempre lá. (*Saiba quem **você** é. Seja o que quiser* ou *Sua mente sabe mais do que **você** imagina*)

3- remete o sujeito a uma relação consigo mesmo (autofinalização), mas algumas vezes aparece apenas como percurso para que ele alcance um objetivo fora dessa relação. (*Como fazer todo mundo gostar de **você*** ou *A mágica de conquistar o que **você** quer*)

A partir desses pontos de permanência e de dispersão, podemos conceber um pouco mais nitidamente esse espaço denominado de auto-ajuda. Nesse campo de discursos, parece claro reafirmar que a renúncia **não** significaria, uma vez que rompe com a idéia de valorização de si. Como bem observa Foucault, a renúncia está inscrita nas práticas cristãs, que muitas vezes não coincidem com as da auto-ajuda. Enquanto a auto-ajuda significa a partir da ótica do individualismo, do respeito a si mesmo como manifestante da verdade sobre si mesmo, no cristianismo essa verdade é dada pela palavra, pelo Texto, e o divino é considerado em detrimento do individual. Mas tampouco a reminiscência e a autofinalização permanecem como sentidos inalterados ao longo da história do *cuidado de si*.

No exercício atual do autoconhecimento, faltaria o mecanismo da reminiscência, pois o sujeito é já pré-conhecido e pré-definido pelo *outro*, que apresenta caráter impositor de uma identidade secreta, desconhecida apenas pelo sujeito-leitor. Esse encontro com a essência do sujeito, que deveria se dar apenas na relação de auto-avaliação, é um saber já indicado pelo enunciador. Um outro, que é o enunciador e que se coloca como legítimo para afirmar *Acredite! Você pode mudar sua vida*, oferece ao seu interlocutor um poder, um domínio sobre si mesmo que é já controlado e oferecido como verdade já conhecida. Quem diz *Acredite!* é, pois, conhecedor da possibilidade do acontecimento. Assim, é como aceitação de uma essência criada de antemão, de um modelo, que o sujeito, numa posição de enquadramento, é interpelado por uma certa ideologia do poder, da obrigação de conhecer a si mesmo e que faz parecer como óbvia a necessidade de conceber-se

como capaz de controle sobre si e senhor de verdades sobre si. Diante de seus próprios olhos, o interlocutor da auto-ajuda surge como único a quem ainda não foi revelada sua a reminiscência. Instaura-se assim uma urgência maior para justificar o autoconhecimento.

Outra característica do processo de reminiscência nas práticas de si diz respeito a uma busca do sujeito pelo “acesso à verdade”. Na Antigüidade, esse encontro se dava somente através de um reconhecimento do divino no ser mesmo do sujeito. (Foucault, 2001, p.97). E essa condição – a identificação com o divino– não aparece mais atravessando o discurso da auto-ajuda. Essa intervenção divina, se evocada hoje, é a título de “palavra divina”, certeza que se dá já pronta, sem contestação, agindo como reguladora. Há um discurso que espera do sujeito que ele assuma uma verdade sobre si, mas não qualquer verdade; esse discurso da auto-ajuda fornece ao sujeito uma verdade acabada que submete o sujeito a um lugar determinado. Tal verdade alcançada pelo sujeito através do conhecimento, para Foucault (2001, p.16), é aquela que postula “que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito”. Faz parte desse discurso permitir ao sujeito-leitor que ele, independentemente de quem seja, ou em que condições se encontre, identifique-se nessa posição de leitor equipado para ter acesso à verdade, a partir da relação consigo mesmo. Não há exceção para a auto-ajuda: todos os indivíduos pertencem ao grupo dos escolhidos e terão, sob a condição da auto-avaliação, a possibilidade de encontrar a verdade sobre si.

O apelo que circula nas mais diversas mídias hoje, instaura no indivíduo essa demanda a enxergar-se e a preocupar-se consigo. Portanto, necessidade criada, cujo mecanismo de aquisição é dado pelas verdades da auto-ajuda apenas enquanto uma “transmissão de um saber teórico ou uma habilidade”, como afirma Foucault, e não como uma “operação que incide sobre o modo de ser do próprio sujeito”. (2001, p.165 e 166)

Isso foi o que julgamos importante destacar sobre a prática da renúncia e da reminiscência, ambas atualizadas, tendo seu sentido alterado no moderno discurso da auto-ajuda.

Interessa também a este estudo, principalmente quando pensamos a auto-ajuda na atualidade, a questão da autofinalização convertida em um conceito que, aliado ao individualismo, numa leitura atual, inscreve-se como negativo e não positivo, em oposição à Antigüidade. O modelo econômico neoliberal escala como evidência o individualismo, e o torna regra para existência do sujeito. O discurso de que cada um deve ser responsável pelo seu sucesso, e também seu fracasso, carrega a noção de individual como uma certa justificativa para a subjetivação. Confirmando essa afirmação, vemos em Foucault:

Como soam aos nossos ouvidos, estas injunções a exaltar-se, a prestar culto a si mesmo, a voltar-se sobre si, a prestar serviço a si mesmo? Soam como uma espécie de desafio e de bravata, uma vontade de ruptura ética, uma espécie de dandismo moral, afirmação-desafio de um estágio estético e individual intransponível. **Ou então**, soam aos nossos ouvidos como a expressão um pouco melancólica e triste de uma volta do indivíduo sobre si, incapaz de sustentar, perante seus olhos, entre suas mãos, por ele próprio, uma moral coletiva(...), e que, em face do deslocamento da moral coletiva, nada mais então teria senão ocupar-se consigo. (2001, p. 16- grifo nosso)

Esse individualismo *negativo*, que poderia interferir na leitura *positiva* que o leitor deve realizar para fazer valer a auto-ajuda, é apagado por outro discurso, cuja justificativa para voltar o olhar para si mesmo é enxergar uma finalidade fora de si, que não permita ao indivíduo ver um fim em si mesmo. Não é mais para o conhecimento e o cuidado, como valores justificáveis, que as práticas de ajuda se dão. Quem compra um livro de auto-ajuda procura mais que o contato consigo mesmo para se achar capaz de verdade sobre si. Esse comprador-leitor adquire também o resultado final que essa relação consigo mesmo pode lhe proporcionar: uma finalização, um objetivo que permita sua inclusão no mundo, seja ele o mundo do trabalho, das relações amorosas, das relações mais cotidianas etc.

O “eu como objeto a ser alcançado”, e unicamente esse *eu*, é uma leitura associada ao individualismo, à incapacidade do sujeito de apresentar-se singularizado numa coletividade. Por isso esse leitor que assume um compromisso com seu próprio “eu”, assume-o para traçar para si e para os outros, um esboço de

sua autenticidade. Esse “subjetivismo crescente que alimenta o moderno mercado da personalidade”, conforme Rüdiger¹⁴ bem coloca, “não pode ser separado de uma tendência ao fechamento do eu sobre si mesmo, à formação de um eu mínimo”, o que levaria o indivíduo ao individualismo extremo, quando faltaria a ele “o conteúdo moral da personalidade”. É, pois, enquanto autenticação para esse tipo de conduta do sujeito, a saber, aquele que vê em si, ou na descoberta e valorização de sua identidade, uma forma de enquadramento em nossa comunidade, que a auto-ajuda é considerada mecanismo que trabalha para perpetuar a construção de sujeitos previsíveis. Um discurso que oferece ao sujeito modos de ação, inclusive sobre si mesmo, mas que são pré-determinados, reservados e selecionados pelas ideologias de nossa época e que tem sua aparição na materialidade dos discursos sobre o comportamento. Por tudo isso, não consideramos similares as práticas de si baseadas na autofinalização quando comparamos a Antigüidade e a modernidade.

Assim como há esse novo sentido atribuído à individualidade, o conceito de ócio (*otium*) também vê modificadas as suas leituras. Ter tempo para preocupar-se consigo era, nas práticas de si da Antigüidade, essencial para a descoberta de si mesmo. Ocupar-se consigo era um “preceito de vida”, um privilégio que exigia tempo e era um luxo que só os senhores das famílias mais abastadas poderiam se permitir. Por isso delegavam seus afazeres domésticos e atividades do campo aos criados para poderem “ocupar-se consigo mesmo” (Foucault, 1994:p.121).

Um pouco mais tarde, já incorporado como um “preceito próprio à vida filosófica”, o cuidado de si era um afazer que deveria conduzir a vida de todos os sujeitos desde a juventude até a sua velhice. Não mais como privilégio de poucos, mas como “um dever e uma técnica, uma obrigação fundamental e um conjunto de procedimentos cuidadosamente elaborados” (Foucault, 1994, p.122).

Não é mais o momento do ócio, da não-atividade o tempo certo de pensar em si. Agora, já como preceito filosófico, a prática de si tem como suporte “a multiplicidade das relações sociais”. Isto é, na vida cotidiana, através das mais diversas relações, deve-se aplicar “um serviço de alma”, e não mais em momentos exclusivos. Por isso essa *prática de si* ganha, a nosso ver, mais importância na

¹⁴ RÜDIGER, Francisco. *O governo através da auto ajuda*. In: [//www.pucrs.br/famecos/pos/professores/rudiger/frpuc.htm](http://www.pucrs.br/famecos/pos/professores/rudiger/frpuc.htm)

construção de subjetividades, na aparição de um sujeito que se preocupa toda a vida com a relação que deve manter consigo mesmo.

Nos discursos da auto-ajuda, não podemos ver trabalhar nem o conceito de ócio, assim como era significado na Antigüidade, como uma condição primordial para o cuidado de si, nem a importância das relações sociais no trabalho de “direção da alma”. Em primeiro lugar, a força do discurso da produtividade e da ocupação ininterrupta do corpo e da mente não cedem lugar, no jogo discursivo, à necessidade do ócio para pensar o sujeito em relação a si mesmo, porque parece se constituir um saber dado instantaneamente (*A mágica de conquistar o que você quer e Saiba quem você é. Seja o que quiser*), o que não demanda tempo nem muito sacrifício. Em seguida, vemos que as relações sociais que poderiam possibilitar a condução da alma, e estabelecer um cuidado que presumisse o outro como participante da modificação do sujeito, são apagadas no discurso próprio da auto-ajuda contemporâneo. O máximo de intersubjetividade é garantido apenas pela figura do enunciador-autor do livro, que oferece ao seu interlocutor-leitor uma verdade já testada, aprovada e indiscutível como fórmula de sucesso. Mesmo essa relação entre um “mestre” e seu “discípulo” aparece diferenciada nos discursos atuais da auto-ajuda. Esse será o tema abordado no capítulo que segue. Por ora cabe ainda lembrar que os discursos da auto-ajuda mantêm com as *práticas de si* da filosofia antiga uma correspondência estreita, se não pela manutenção e repetição de enunciados e conceitos, pela dispersão dos discursos e pela regularidade que os organiza e que permite a sua aparição em determinadas épocas.

4.1 O mediador de subjetivação e o impositor de identidade: liberdade e controle

Até aqui procuramos mostrar, resumidamente, em que sentido as práticas de si na atualidade, configuradas no contexto da auto-ajuda, poderiam diferir daquelas em que a liberdade do sujeito é que instituiria uma relação entre *sujeito e sua verdade*, e não as formas de controle sobre os indivíduos, como realiza a auto-ajuda. Mas não poderemos deixar de evocar também uma outra relação, que já traçamos desde o início deste trabalho, que seria a relação com o *outro*, mediador de subjetivação. A depender da relação que se estabelece entre um *eu* e um *você*, de mediação ou de imposição, teremos diferentes subjetividades criadas.

Antes de considerarmos a análise da mediação do outro no discurso do conhecimento de si, devemos remeter a dois problemas que se colocam. Primeiro, a questão da mediação só é realizada se há um *processo*, pelo qual passa o sujeito, de reconhecimento e cuidado de si. Sem essa transformação, sem essa virada do olhar do sujeito para si mesmo, parece não haver condição para a mudança. Para mediar essa transformação, é preciso que haja um espaço para que o eu-enunciador (o outro que fala) conduza o seu interlocutor, que se encontra em estado de “ignorância”, e o faça manter uma relação de verdade sobre si mesmo. (Foucault, 2001). Mas se não há trajetória, se não há o deslocamento do sujeito em direção a si mesmo, onde estaria o espaço da mediação? Se há na auto-ajuda uma verdade acabada, um saber transmitido e sacramentado como verdade a ser aceita, o papel da mediação perde o seu valor. O outro que fala ao sujeito como ele deve agir ao olhar para si mesmo, apontando unicamente como caminho uma receita de procedimentos coletados fora desse sujeito, trabalha para o discurso da auto-ajuda e não é mais um mediador, mas um *impositor*, um *transmissor* de verdades, papel assumido pelo autor do livro de auto-ajuda. Se é esse o papel do outro, do eu-enunciador, o de apenas atestar verdades, não há mudança, não há liberdade do sujeito para buscar, através do discurso de verdade sobre si, uma subjetividade particular, mas não única, pois que é dada pelo discurso.

Em segundo lugar, mesmo sem trajetória, sem deslocamento do sujeito, devemos reconhecer que a subjetivação pode se dar. Resta saber qual a sua natureza. No quadro da enunciação, já vimos que, se o sujeito, interpelado diretamente pelo pronome *você*, mantiver uma relação consigo mesmo, a subjetivação pode acontecer. Mas ela é antes um exercício de controle sobre os indivíduos, uma relação de dominação. O sujeito que olha para si mesmo e assume como sua aquela verdade posta pela auto-ajuda não precisa necessariamente realizar o trabalho do conhecimento de si. Essa permanência do sujeito num mesmo lugar, embora em movimento sobre si mesmo, não dá ao sujeito o que a auto-ajuda promete: um saber de essência, de origem, mesmo porque ele não existe. E rodando sobre si mesmo, mas por força externa, busca atribuir sentido ao discurso que ouve sobre si próprio, até assumir como sua uma identidade controlável, uma subjetividade já valorizada, que é apresentada ao sujeito para que ele a incorpore em seu discurso e passe a reconhecer-se nesse tal modelo de subjetividade. O exemplo do homem capaz, do homem bem sucedido profissional e amorosamente, assim como aquele que controla suas emoções e defeitos. Essas seriam algumas das subjetividades que “deveriam” ser assumidas pelos sujeitos como expressão da verdade.

Além da insistência em indicar sempre subjetividades já atestadas, a prática de si contemporânea, representada pela auto-ajuda, parece fazer também com que o sujeito reconheça a ignorância que ele tem da sua ignorância, (cf. Foucault, 2001), e então pára por aí. *Saber que não se sabia nada sobre si mesmo* pouco resolve o problema daquele que quer auto-ajudar-se. Por isso acreditamos não haver de fato mediação. Não há um caminho que leve o sujeito, a partir do contato com o *eu* próprio, a um estado de *sapientia*. O máximo que o discurso da auto-ajuda consegue é induzir o movimento do olhar do sujeito para si mesmo, e assim ele permaneceria sempre num mesmo lugar, ou seja, diante de sua incapacidade ou de uma identidade dada de antemão para ele. Vejamos como Foucault (2001) exemplifica esse movimento sobre si mesmo, através do que ele chamou de *metáfora do pião*:

O pião gira sobre si, mas gira sobre si justamente como não convém que giremos sobre nós. O que é o pião? É alguma coisa que gira sobre si **por solicitação e sob o impulso de um movimento exterior**. Ademais, girando sobre si, ele apresenta sucessivamente faces diferentes às diferentes

direções e aos diferentes elementos que lhe servem de circuito. E por fim, embora permaneça aparentemente imóvel, na realidade o pião está sempre em movimento. (p.255, grifo nosso)

E é por conta dessa confusão de faces dadas e percebidas pelo sujeito, que há uma dificuldade de apreensão de *um seu modo de ser*, construído pelo discurso e pela ideologia, é claro, mas que seria assumido pelo sujeito como verdade sua. No entanto, não podemos confundir, como já havíamos apresentado antes, a mediação apresentada por Foucault e o “transmissor” da auto-ajuda, esse, sim, comparado ao tal “impulso exterior”, cuja força movimentaria o “pião”. O *outro* como intermediário na transformação do sujeito é, segundo Foucault (2001) essencial:

A constituição de si como objeto suscetível de polarizar a vontade, de apresentar-se como objeto, finalidade livre, absoluta e permanente da vontade, só pode fazer-se por intermédio de outro. (...) o cuidado de si necessita da presença, da inserção, da intervenção do outro. (p.165)

Portanto, como já falávamos anteriormente, não podemos pensar o contato consigo mesmo fora da relação com o outro, um mediador. Por isso, e aproveitamos para retomar a esta altura, reconhecemos desde o início que a relação entre um *eu que fala* e um *você que ouve*, como posições intercambiáveis, são especialmente constitutivas de um discurso de auto-ajuda, cujo campo de funcionamento parece exigir que se resgatem sempre essas identidades para que haja subjetivação. Mas, se não é o papel de transmissor que garantirá a liberdade do sujeito em seu processo de autoconhecimento, como deve agir um mediador que opera a relação de um sujeito consigo mesmo, sempre como exercício de liberdade? Temos em Foucault um esboço da atividade que cabe a esse outro-mediador:

É uma espécie de operação que incide sobre o modo de ser do próprio sujeito, não simplesmente a transmissão de um saber que pudesse ocupar o lugar ou ser o substituto da ignorância. (2001, p.165-166)

Ou ainda, um “tema muito importante em toda história da prática de si e, de modo mais geral, da subjetividade no mundo ocidental” (Foucault, 2001), temos, a partir da época clássica, a figura do mestre, do mediador que:

Não é mais aquele que, sabendo o que o outro não sabe, lho transmite. Nem mesmo é aquele que, sabendo que o outro não sabe, sabe mostrar-lhe como, na realidade, ele sabe o que não sabe. Não é mais nesse jogo que o mestre vai inscrever-se. Doravante, o mestre é um operador na reforma do indivíduo e na formação do indivíduo como sujeito. É o mediador na relação do indivíduo com sua constituição de sujeito. (p. 160)

Por tudo que já colocamos até aqui, podemos ler a citação acima não situada no campo da auto-ajuda, como a conhecemos atualmente, justamente porque ela funcionaria antes como verdade submetida à aceitação pura e simples do seu leitor em potencial, não sendo necessário para isso qualquer modificação do sujeito. Por isso *não mestre, não mediador*, mas, como já apontamos, um *transmissor*, capaz apenas de insurgir-se diante do sujeito como aquele que domina um conhecimento empírico, e que, ao mesmo tempo, denuncia, pela sua presença, um outro que não detém esse determinado saber sobre si mesmo. O objeto de desejo do indivíduo que se coloca na posição de leitor passa então a ser, diante do que oferece a auto-ajuda, não mais o trabalho de constituição de si próprio, mas seu objetivo, aquilo que ele busca mais que tudo é sair da ignorância e assumir uma identidade de sujeito que lhe garanta a inclusão em um grupo social determinado. Ou melhor, já afetado por uma ideologia que o coloca nesta posição de desconhecedor de um saber sobre si, e da importância que isso tem em nossa sociedade atual, o sujeito parece não ler incertezas no discurso da auto-ajuda.

O livro é assim alçado pelo seu leitor ao lugar em que tem validada a sua própria condição de promovedor do contato entre indivíduo e seu sujeito ideal, capaz de ação sobre o mundo. Conhecimento transferível, portanto, já que a relação instituída entre sujeito e seu “eu” se dá como simples constatação de existência do ser para ele mesmo. Passa-se simplesmente de um não-conhecimento para um conhecimento de si, mas que seja valorizado por nossa sociedade.

Resgatada a importância do outro enquanto mediador que põe o sujeito em relação consigo mesmo, e também a verificação de que o autor/livro de auto-ajuda representa atualmente apenas o *transmissor* de uma verdade absoluta sobre seu interlocutor, pois não abre espaço para a liberdade do sujeito, inscrevemos a auto-ajuda como prática contemporânea de controle de identidades, um poder que agiria sobre o sujeito pelo discurso que ele próprio vai legitimar como seu. Não podemos entender, no entanto, que a *liberdade* do sujeito se caracterizaria pelos dizeres que ele, em sua origem, ou essência, criaria a despeito das discursividades do mundo exterior a ele. Esse seria o sujeito como origem do dizer sobre si. Sabemos que para a AD o sujeito se dá pelo discurso, e ele não controla esses dizeres que agem nele. Mas ao voltar o olhar para si, o sujeito, mediado pelo outro, deve manter um olhar um pouco menos ingênuo sobre as formas de constituição de identidades que atuam como evidências sobre ele, e que ele possa efetuar “em si mesmo certas operações, certas transformações e modificações que o tornarão capaz de verdade”. (Foucault, 2001, p.234) Assim, a liberdade surgiria como capacidade de agir sobre si pela escolha da inscrição de uma verdade como a verdade do/ para o sujeito, na tentativa de instaurar outras subjetividades que não aquela já legitimadas.

4.2 Discurso de veridicção sobre si: sujeito da verdade ou a verdade sobre o sujeito?

Que verdade buscaria o sujeito quando procura a auto-ajuda? A sua verdade, uma “ilusão necessária” de sua singularidade. E se o sujeito se dá pela linguagem, como já havíamos mencionado, é nela, na linguagem, que vemos construir-se as verdades sobre o sujeito. Não em outro lugar. Assim, quando o indivíduo se submete à subjetivação, entra em contato consigo mesmo, estimulado pelo discurso auto-suficiente da auto-ajuda, e passa a assumir aqueles dizeres como seus, como verdade sua, e faz coincidir para si o *sujeito que diz* e o *sujeito que faz*. Esse material discursivo eficaz, que garante ao sujeito solucionar os problemas mais

cotidianos, constitui-se de uma série de dizeres que procuram interferir no modo de ser e agir do sujeito. São as verdades fixadas para ele e por ele. Sem posição clara, o sujeito não se faz, nem para ele, nem para o outro, por isso a necessidade do enquadramento. Isso quando a subjetivação se dá, e uma verdade sobre si mesmo é inscrita na memória do sujeito como se fosse sua em origem.

No entanto, não podemos atribuir todo esse “poder” a um discurso (em nosso caso, o discurso da auto-ajuda) que mais fala **sobre** o sujeito, mais o toma como **objeto** de referência, do que o prepara para um contato consigo mesmo, numa prática que deveria retomar a *ascese*¹⁵ filosófica, e capacitar o sujeito de uma *paraskheue*¹⁶ para que ele, através de uma modificação de seu modo de ser, pudesse chegar ao conhecimento e, então, conseguisse agir sobre si com liberdade para tornar-se sujeito de veridicção, ou melhor, “tornando-[se] sujeito ativo de discursos verdadeiros” sobre si. (Foucault, 2001. p.504).

Se é como *objeto* que o sujeito surge no discurso verdadeiro da auto-ajuda, uma determinada subjetivação do indivíduo não acontece, pois estando presente como *objeto, sobre quem se fala a verdade*, não há necessariamente uma relação de autoconhecimento. Além disso, o *you* da auto-ajuda pode receber do interlocutor o estatuto de não-pessoa, o que reforçaria a idéia de um discurso que fala de “mim”, mas que *não é meu*, como já avaliamos anteriormente.

“Distribuição”, portanto, intermediada pelo livro de auto-ajuda, de algumas verdades *“a saber” sobre o sujeito*, todas elas autenticadas pela ideologia de nossa época: seja pelo discurso do individualismo, como atitude possível num mundo neoliberal; seja em caráter de compensação de deficiências; seja na posição de sujeito incapaz de auto-avaliação. Esse *lugar* de sujeito é, então, preenchido por indivíduos que enxergam em si mesmo uma certa incapacidade para se autodefinir, e que não encontram espaço para si em seu próprio dizer. Mas tampouco cabe ao discurso “eficiente da repetição” dar conta das formas de subjetivação, já que não

¹⁵ Ao contrário da noção de ascese cristã, seria o “conjunto mais ou menos coordenado de exercícios disponíveis, recomendados e até mesmo obrigatórios, ou pelo menos utilizáveis pelos indivíduos em um sistema moral, filosófico e religioso, a fim de atingirem um objetivo espiritual definido.”(Foucault, 2001, p.504)

¹⁶ Para Sêneca “é esta armadura do indivíduo em face dos acontecimentos e não a formação em função de um fim profissional determinado”. Para Epicuro “é a equipagem, a preparação do sujeito e da alma pela qual o sujeito e a alma estarão armados como convém, de maneira necessária e suficiente, para todas as circunstâncias possíveis da vida com que viermos a nos deparar”. (Foucault, 2001. p.115 e 293)

chega a funcionar, muitas vezes, como ajuda para o autoconhecimento, pois não é realizado para fazer do sujeito aquele que é capaz de produzir discursos verdadeiros sobre si. Quando o sujeito examina o que entende como sua consciência, diante do que ele lê como verdadeiro sobre si, numa conferência de valores, tenta articular em si aquelas verdades. Essa necessidade que persegue o sujeito e o faz significar-se, atravessa-o sempre, e garante à auto-ajuda o seu público. Ou seja, repetição de um pretense discurso sobre si, que não ultrapassa o nível da constatação de um saber que pode ser admitido pelo sujeito como seu.

Entretanto, no moderno discurso das práticas de si, veiculados pelos livros de auto-ajuda, um contato existe, mas parece que falamos sempre de um encontro entre *um indivíduo* e *uma verdade sobre ele mesmo*, e NÃO um contato com ele mesmo, enquanto “sujeito da enunciação do discurso verdadeiro” (Foucault, 2001, p.401), o que caracterizaria a subjetivação.

Em suma, a (re)produção que o sujeito faz de discursos sobre si, discursos que o tomam como objeto do dizer, não lhe garante o *status* de sujeito da verdade sobre si. Mesmo quando as verdades da auto-ajuda traduzem-se para o sujeito-leitor como suas, elas só fazem sentido se inscritas nos termos de uma verdade legal, econômica e politicamente aceita. É o exemplo de discursos tão contraditórios como “seja você mesmo” e que circula no mesmo espaço que outros como “seja eficiente, seja dinâmico, seja capaz”. Que imagem de autenticidade e liberdade é essa? O regime em que se significam os discursos sobre a prática de si estão marcadas pelo conflito.

Pensemos num enunciado, dado como título: *Você decide como se sente (o poder da escolha emocional)*. Entre que opções pode decidir o sujeito? O campo das decisões do sujeito enquanto identidade legal, jurídica é limitado. Mas essa evidência aparece às vezes apagada. A mesma possibilidade de escolha do sujeito vemos aparecer no título *Que tipo de pessoa você quer ser?*, no qual a pergunta já instaura a falta, a escolha e o enquadramento (que tipo?).

A auto-ajuda fala de um sujeito que não coincide com o sujeito do ato. Principalmente quando, ao significar o enunciado de que “ele pode tudo” ou de que “ele pode escolher como ser”, é atravessado por outros enunciados que limitam a sua atuação no mundo empírico em que vive. Esse discurso milagroso do “*Seja o*

que você quiser” muitas vezes escapa do reconhecimento feito pelo sujeito de que é um dizer verdadeiro, e o discurso não o consegue interpelar como evidência. É assim que o consulente identifica esses discursos como improváveis, como uma verdade que não é a sua, mas que um leitor ideal da auto-ajuda se “propõe” a aceitar. Objeto, portanto, do desejo, objetivo a ser alcançado, mas não *o discurso* instituído pelo sujeito em situação de conhecimento de si.

Considerando o que averiguamos até aqui, parece haver algo de produtivo na incitação do sujeito a dizer, a assumir uma verdade, a declarar uma existência característica dele mesmo. Ao discurso da auto-ajuda basta que seja repetido, às vezes à exaustão, para que uma verdade possa aparecer. Confessar-se capaz é ser capaz; confessar que pode é poder. A auto-ajuda aparece afetada e mantida pelas formas de confissão, que não podem ser entendidas apenas como sacramento no contexto religioso. A injunção a confessar ao outro ou a si mesmo uma verdade, ou um saber que se tem sobre si e o mundo, é uma prática que vem ganhando cada vez mais força. Vejamos Foucault quando afirma, em *História da Sexualidade I*, “que a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade”. (1984, p.59).

O caráter probatório que a confissão passa a exercer, enquanto reconhecida como mecanismo de produção das verdades mais essenciais, mais profundas do sujeito que confessa, faz desses discursos a representação da verdade, e atesta de antemão todo dizer como verdade absoluta. Na crença de uma essência, de uma verdade original, confessar pode ser um processo de diferenciação, de individualização de um sujeito entre outros. Por isso dizer algo sobre si é identificar-se pelo discurso. Foucault (2001) nos fala dessa individualização:

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder. (p.58)

Revelar aos outros e a si mesmo uma capacidade, uma competência ou uma falha, parece permitir o encontro do sujeito com o ser interior que o habita. Essa

sensação da descoberta de si pela confissão toma sempre o sujeito como um objeto do discurso verdadeiro, e está longe de proporcionar a *modificação* no ser mesmo do sujeito, como era pensada no interior das *práticas de si* na filosofia antiga. Mais do que ausência de modificação do sujeito, a auto-ajuda é um campo de discursos contraditórios: há aqueles discursos que incitam à procura do “seja você mesmo”, enquanto outros exigem do sujeito um reconhecimento em si de qualidades valorizadas em nossa época: liderança, controle emocional, dinamismo, objetividade etc. Diante desta miscelânea de faces, perde o sujeito a possibilidade do conhecimento de si e do cuidado de si. Ganha ele um discurso acabado e um enquadramento social.

Para finalizar, reafirmamos a nossa posição de que os discursos da auto-ajuda funcionariam mais como mecanismo de objetivação do sujeito do que de subjetivação. Há mais presente na atualidade a necessidade de dizer algo sobre si e menos a preocupação de ser um sujeito ético, capaz de assumir-se como sujeito de uma verdade.

Um indivíduo que valoriza sobremaneira a identidade é, por isso, mais facilmente absorvido por ela e, assim, submetido aos processos de identificação, dentre os quais a auto-ajuda tem um papel especial. Um título altamente positivo e aparentemente inocente, como *Ser Você*, ilustra bem a jornada do homem contemporâneo na busca por um contorno, ainda que móvel, de uma personalidade funcional, que atenda às exigências da sociedade de sua época, sem deixar de singularizar sua existência como sujeito.

Considerações Finais

Procedemos à análise dos títulos de livros de auto-ajuda, considerando-os como “enunciados materialmente existentes” (Foucault, 2001, p.389), ou seja, como “exemplares legítimos” para uma avaliação teórica, já que os analisamos enquanto língua inscrita na história, e mais exatamente, numa história sobre as práticas de si. Mencionamos por isso o trajeto histórico do que foi chamado por Foucault (2001) de *práticas de si*, atualizando a leitura de alguns modelos antigos para a concepção atual de subjetivação na auto-ajuda. E mais do que isso, reconhecemos que o momento da leitura primeira que o consulente faz da auto-ajuda é significativo, pois que se constitui numa enunciação singular, dada pela especificidade da situação.

O discurso da auto-ajuda, conforme apresentado até aqui neste trabalho, vai inscrever-se numa rede de dizeres que, para funcionarem, remetem o sujeito a uma relação específica com ele mesmo, pelo retorno do olhar para si próprio, principalmente porque o chama para uma auto-avaliação que só ele poderia praticar. No entanto, nem sempre uma subjetivação do sujeito se dá. Algumas vezes a criação do referencial para o pronome você recebe o *status* de não-pessoa, anulando uma relação fundamental para a auto-ajuda, a saber, a relação do *eu* com um *você* que passa, pela subjetivação do discurso, a ser um *eu*.

Mais adiante, investigamos as questões de poder entre as posições de sujeito-enunciador e sujeito-leitor. Verificamos, então, através da análise lingüístico-discursiva, que há claramente uma definição de lugares de discurso que são assumidos por enunciador / interlocutor: aquele surge como manifestação do saber (aquele que sabe) e denuncia pela sua própria condição, um outro, um interlocutor que não sabe, e que por isso submete-se ao saber do outro. Deste ponto, partimos para a avaliação da importância do outro na auto-ajuda e de como sua própria denominação (**auto**-ajuda) constituía-se num paradoxo.

Necessidade do outro, muito embora não tenhamos considerado o livro (na figura de seu autor) como mediador e, sim, como *transmissor* de verdades sobre o outro. A auto-ajuda seria mais um modo de limitar o aparecimento de subjetividades que um mecanismo de subjetivação inserido numa prática de liberdade.

“Universalidade do apelo, raridade da salvação”. (Foucault, 2001. p.148) Não vemos a auto-ajuda alçada livremente à qualidade de “salvação” do indivíduo, já que o pretende controlar pela produção de discursos. Mas há, sim, em toda a história do homem, o apelo sempre retomado para que o sujeito olhe para si numa atitude de autoconhecimento. Contudo, identificamos o lugar deste reconhecimento limitado à objetivação do sujeito num discurso que fala a verdade sobre ele, mas que não é subjetivado por ele. A prática do *cuidado de si* vê-se distanciada, hoje, de seu objetivo político: governar a si para poder governar os outros (Foucault, 2001) É sobre a base do individualismo e da noção jurídica de sujeito que se constrói atualmente a relação do indivíduo consigo mesmo. E a auto-ajuda é exemplo disso.

Para finalizar, deixemos a preocupação já apontada por Foucault (2001) a respeito da reconstituição de uma ética do eu na atualidade:

(...) parece-me não haver muito do que nos orgulharmos nos esforços que hoje fazemos para reconstituir uma ética do eu. (...) é possível suspeitar que haja uma certa impossibilidade de constituir hoje uma ética do eu, quando talvez seja esta uma tarefa urgente, fundamental, politicamente indispensável, se for verdade que, afinal, não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo. (p. 306)

Tarefa urgente à qual, discretamente, procuramos acrescentar algumas linhas.

Referências

- BENVENISTE, Émile. (1966) *Problemas de Lingüística Geral 1*. Campinas: Pontes, 1995.
- BRUNELLI, Anna Flora. *“O sucesso está em suas mãos”: análise do discurso da auto-ajuda*. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, 2004.
- FARACO, Carlos Alberto. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. In: *Fragmenta*, 1996, n.13. Curitiba: Editora da UFPR, p.51-82.
- FOUCAULT, Michel. (1970) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. (1969) *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2002.
- _____. (1984). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. (2001) *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. (1994) *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LEÃO, Paula Biegelmeier. Artigo : *Variação de “tu” e “você” no português falado no Sul do Brasil*, UFRGS, 2001
- MAESTRI, Mário. *Auto-ajuda: a literatura da barbárie*, 1999. Disponível em: www.correiodacidadania.com.br
- MAINGUENEAU, Dominique. (1987) *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, Eni P. (1996) *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001
- _____. (1999). *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos* Campinas: Pontes, 2003.
- _____. (2001) *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2002
- PÊCHEUX, Michel. (1975) *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

_____ et al. (1999). *Papel da memória*. Campinas: Pontes.

RÜDIGER, Francisco. *O governo através da auto ajuda*. In: www.pucrs.br/famecos/pos/professors/rudiger/frpuc.htm

Referências bibliográficas: livros de auto-ajuda

1. SCHWARTZ, David J. *A mágica de conquistar o que você quer*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1995.
2. ROET, Dr. Brian. *A confiança de ser você mesmo*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.
3. CURY, Augusto Jorge. *Você é insubstituível*. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2002.
4. SCHNEBLY, Lee. *Apaixone-se por você*. Blumenau: Ed. Eko, 1995.
5. PEDRI, Sandra Cristina. *Faça algo por você. Agora!* Editores Paranaenses, 2002.
6. FONTANA, David. *Saiba quem você é. Seja o que quiser*. São Paulo: Ed. Gente, 2000.
7. MCKAY, Gary. *Você decide como se sente (o poder da escolha emocional)*. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2004.
8. BRANDALISE Jr., Saul. *Você é sua cura*. Caxias do Sul: Ed. Theus, 2003
9. CHODRON, Pema. *Comece onde você está*. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2003.
10. HAY, Louise L. *Você pode curar sua vida*. Ed. Samuel Z., 1990.
11. HAY, Louise L. *O poder dentro de você*. Ed. Samuel Z., 1992.
12. LIPP, Marilda. *O stress está dentro de você*. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.
13. POLE, Timothy. *Ser Você*. São Paulo: Ed. Angra, 2002.
14. FRIEDMANN, Sidney. *Sua mente sabe mais do que você imagina*. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2004.
15. KUSHNER, Harold S. *Que tipo de pessoa você quer ser?* Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 2004.
16. CAMPBELL-SLAN, Joanna. *Você pode mudar sua vida*. São Paulo: Petit Editora, 2005.
17. SOUZA, César. *Você é do tamanho de seus sonhos*. São Paulo: Ed. Gente, 2003.
18. RUDKIN, Daz; MURRIN, Kris; KINGDON, Matt & ALLAN Dave. *E se você... começasse a agir*. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2002.
19. REZENDE, Sidney. *Deve ser bom ser você*. São Paulo: Ed. Futura, 2002.
20. CARPENTER, Candice. *Seja você: assuma o controle das transformações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.
21. RIBEIRO, Lair. *Auto-estima: aprendendo a gostar mais de você*. Belo Horizonte: Ed. Leitura, 2002.

22. LOWNDES, Leil. *Como fazer todo mundo gostar de você*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.
23. PEALE, Norman Vincent. *Você pode se acha que pode*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1986.
24. SOUKI, Ômar. *Acredite! Você tem o poder*. São Paulo: Ed. Souki House, 2003.
25. SALOME, Jacques. *A coragem de ser você mesmo*. Campinas: Ed. Verus, 2004.